

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO ACADÊMICO EM ESTUDOS LITERÁRIOS

CLAUDETE MARQUES DAS NEVES

**LITERATURA SURDA:
Uma Literatura Descolonizadora?**

PORTO VELHO – RO
2015

CLAUDETE MARQUES DAS NEVES

**LITERATURA SURDA:
Uma Literatura Descolonizadora?**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Estudos Literários, da Fundação Universidade Federal de Rondônia, sob a orientação do Prof.^a Dra. Sonia Maria Gomes Sampaio, para obtenção do Título de Mestre em Estudos Literários.

PORTO VELHO – RO

2015

N511

Neves, Claudete Marques das.

Literatura Surda: uma literatura descolonizadora./ Claudete Marques das Neves. – Porto Velho: UNIR, 2015.
66 p. il.

Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sonia Maria Gomes Sampaio

1. Literatura Surda 2. Cultura Surda. 3. Pós-colonialismo (descolonização). I Universidade Federal de Rondônia. II. Título

CDU 82.091.81



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS
LITERÁRIOS/UNIR**

Às dezoito horas e 30 minutos do dia 19 de Dezembro de 2015, no auditório do *Campus* da UFAM na cidade de Humaitá/AM, reuniram-se os docentes do Mestrado Acadêmico em Estudos Literários: Prof^a. Dr^a., Sonia Maria Gomes Sampaio (Professora Orientadora/UNIR), Prof. Dr. Hélio Rodrigues da Rocha (Professor Membro/UNIR) e Prof. Dr. Miguel Nenevé (Professor membro/UNIR) para comporem a Banca de avaliação de Defesa da Dissertação de Mestrado intitulada *Literatura Surda: Uma Literatura Descolonizadora?* elaborada pela discente Claudete Marques das Neves. A orientadora iniciou os trabalhos e, de acordo com o Regimento do MEL/UNIR, dispôs que a mestranda teria 30 minutos para a apresentação, que os professores teriam 20 minutos para suas arguições e que, a cada arguição, a aluna teria também 10 minutos para as respostas. Estando todos cientes das normas regimentais, a orientadora passou a palavra para a Mestranda que iniciou sua apresentação. Em seguida ocorreram as arguições e respectivas respostas. Finda esta etapa, a palavra voltou à orientadora que pediu aos presentes que se ausentassem a fim de que os membros da Banca procedessem à etapa avaliativa final. A mestranda foi **APROVADA** e passa a receber o Grau de MESTRE EM ESTUDOS LITERÁRIOS. Nada mais havendo a tratar, eu, Sonia Maria Gomes Sampaio, lavrei esta ata a qual assino, junto aos citados:


Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Gomes Sampaio (Professora Orientadora – UNIR)


Prof. Dr. Hélio Rodrigues da Rocha (membro interno-UNIR)


Prof. Dr. Miguel Nenevé (membro interno-UNIR)

AGRADECIMENTOS

Em palavras...

Ao meu Deus, pelo dom da vida;

Ao meu pai (em memória) pelo sustento;

A minha mãe, minha Maria (como a da música de Milton Nascimento) pelo amor maternal;

Aos meus irmãos pela convivência e carinho;

Aos meus familiares pelo acolhimento;

Aos meus amigos pelo apoio e incentivo;

E, ao meu filho, meu anjinho, pelo amor e parceria.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a minha família por todo o incentivo e ajuda para que isso fosse possível.

“Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.

(Boaventura Souza Santos)

RESUMO:

A proposta desta dissertação é apresentar a Literatura Surda como um elemento da cultura surda na busca e no fortalecimento da sua identidade. A função social da Literatura utilizada pelos povos descolonizados parece ser também observada na literatura surda. Por meio dos estudos pós-coloniais se verifica o papel da Literatura como elemento de resgate da identidade e fortalecimento da cultura de um povo. A dissertação foi sistematizada com os seguintes desdobramentos: o percurso do surdo na busca pelo reconhecimento de sua língua, a abordagem educacional que valoriza a língua de sinais: o bilinguismo; e, que através de uma concepção sócio-antropológica da surdez é possível vislumbrar o direito de reconhecimento de uma literatura surda. Por conseguinte, abordamos em termos gerais a função social que a literatura possui, tanto para os povos descolonizados, como para comunidade surda. E, por fim, abordamos a invisibilidade cultural e literária evidenciado em ambas, devido o processo de colonização. Seria, então, a literatura surda uma literatura descolonizadora?

Palavras – chave: Literatura surda . Literatura pós-colonial . Cultura e identidade surda.

ABSTRACT:

The purpose of this dissertation is to present the Deaf Literature as been an element of deaf culture in seeking and strengthening their identity. The Literature social function used by the decolonized people seems to be also observed in Deaf Literature. Through postcolonial studies it verifies the role literature as a rescue element of identity and the people cultural strengthening. The dissertation was organized following some development: the deaf people way in search by the language valorization, the educational approach that values the signs language: the bilingualism; and that through a socio-anthropological concept of deafness is possible to glimpse the right to recognition of a deaf literature. Consequently, we approach in general terms the social role that literature has much to decolonized people like to deaf community. And finally, we approach the cultural invisibility and literature evidenced in both the due process of colonization. Then, would it be the Deaf Literature one decolonized literature?

Key-words: Deaf Literature - Postcolonial Literature - Culture and Deaf identity

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LS	Língua de Sinais
ONU	Organização das Nações Unidas
ANPOLL	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Adão e Eva Surdos	36
------------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PERCURSO	16
1.1 Reconhecimento da LIBRAS.....	18
1.2 Bilinguismo	21
1.3 Direito ao reconhecimento de uma literatura	24
2 A LITERATURA	26
2.1 Função da Literatura para os povos descolonizados.....	30
2.2 Função da Literatura Surda para a comunidade surda.....	33
3 INVISIBILIDADE DA CULTURA E DA LITERATURA	44
3.1 Dos povos colonizados	48
3.2 Da Comunidade Surda	51
CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS	55
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

Início esta dissertação me identificando: sou ouvinte, entretanto, simpatizante da comunidade surda. Confesso que a comunidade surda sempre me causou admiração. Ao longo da minha trajetória acadêmica até o presente momento, fascinam-me a garra e a força de vontade dos surdos na sua luta pelo respeito à sua cultura e reconhecimento de sua língua, a Língua Brasileira de Sinais, chamada de LIBRAS.

Penso que é interessante e imprescindível tecer, aqui, uma explicação de como se deu a escolha por este objeto de estudo: a literatura surda. O primeiro contato com a comunidade surda se deu quando eu cursava o antigo “Magistério”, Ensino Médio Profissionalizante que formava professores para atuar nas séries iniciais, ofertado no Instituto Estadual de Educação “Carmela Dutra”. Dentro da grade curricular, exigiam-se os períodos de estágio. E, um deles, realizei na Escola Estadual Abnael Machado, conhecida como CENE, uma referência de atendimento à comunidade surda em Porto Velho, Capital de Rondônia. Até o presente momento, é uma instituição pública de Educação Especial. Em seu período matutino atendia, aquela época, a comunidade com surdez e no período vespertino atendia pessoas com outras necessidades especiais. Lembro-me da curiosidade colossal que sentia ao vê-los, os surdos, em seu “bate-mãos”¹.

A Escola, naquela época, ofertava aos pais ou responsáveis pelos surdos e a comunidade em geral o curso de LIBRAS, no final do expediente matutino. Aproveitando a oportunidade aprendi alguns sinais. Ainda na minha busca pelo conhecimento sobre essa língua gestual fiz outro curso pela Arquidiocese de Porto Velho com um instrutor surdo. Passado algum tempo, no percurso da vida me distanciei da comunidade surda, conseqüentemente, da prática dos sinais, da LIBRAS. Entretanto, ao ingressar no ensino superior, no curso de Educação Física na Universidade Federal de Rondônia, vi uma nova possibilidade de reencontrar a comunidade surda. E, novamente, com as disciplinas de estágios pude trabalhar outra vez com os surdos, porém ampliando o campo de atuação. Tive contato com os surdos matriculados em outras escolas da rede estadual de educação em Porto

¹ Termo similar ao bate-papo dos ouvintes (MOURÃO, 2011, p.31)

Velho: Escola Estadual “21 de Abril” e Escola Estadual “Barão dos Solimões”. Nesse momento, surgiu a ideia para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso – TCC. E assim o fiz. Meu trabalho recebeu o título: Diagnóstico da Educação Física para os Surdos em Porto Velho. Consequentemente, devido a pesquisa de campo, precisei utilizar a LIBRAS para realizar as entrevistas com os surdos. Em um outro momento, durante o curso de pós-graduação *Latu Sensu* em Educação Especial na Faculdade de Porto Velho – FIP, vislumbrei a oportunidade de realizar uma oficina sobre o atendimento educacional à pessoa surda por meio da Língua de sinais – LIBRAS, e assim o fiz.

Foi nessa trajetória que galguei alguns passos interagindo com os surdos, com sua língua, sua cultura e a sua identidade. Durante minha preparação para o ingresso no curso de mestrado em Estudos Literários da Universidade Federal de Rondônia, no ano de 2013, lembrei-me de alguns episódios com os surdos e sua língua, e assim a Literatura Surda começou a se tornar meu objeto de estudo.

O que nos levou a esta proposta de pesquisa, então, foi realizar um estudo comparado entre a literatura surda e a literatura descolonizadora, tendo como recorte temático a função social, à luz da teoria e das críticas pós-coloniais que se aplicassem ao contexto da produção literária desse surdo.

A teoria pós-colonial trouxe à tona que o discurso colonialista, durante o registro da história, fez questão de obscurecer: o protagonismo das minorias, a história dos marginalizados dos grandes centros, a cultura dos diferentes. A Literatura Comparada nos comprova que o pós-colonialismo é mais que um corpo de textos produzidos dentro de sociedades pós-coloniais, é sobretudo uma prática de leitura. Por meio da Literatura Comparada é possível verificar que a história tem mais de uma versão. É possível refletir, na perspectiva da teoria pós-colonial, sobre as relações entre colonizador e colonizado, bem como sobre a formação de suas identidades. Se por um lado houve o registro do colonizador, por outro lado também há a indignação do colonizado diante do aviltamento e da opressão intrínsecos ao fato colonial, representados, inclusive, pelo discurso que o estigmatiza e inferioriza.

No processo de colonização, se enfatiza a questão da identidade do colonizado. O colonizador produzia a história até então oficial, e ao colonizado restava apenas o rascunho. Tão complexa se torna a relação entre opressor e oprimido que ambos colocam a língua como componente que evidenciará a relação de poder de um para como o outro.

Ao se propor em fazer um estudo comparado entre a literatura surda e literatura descolonizadora, consideramos que toda manifestação cultural, neste caso a literatura, ao ser registrada, concretiza uma maneira de compreender o mundo, o que é essencial para a formação das culturas. A literatura auxilia na propagação destas culturas, fornecendo instrumentais de que se valem os indivíduos para a assimilação do conhecimento na sua expressão pessoal e na sua vida em sociedade.

Durante minha trajetória passei pelas duas concepções que definem a surdez: a clínico-terapêutica e a sócio-antropológica.

A primeira, a clínico-terapêutica, a mais conhecida entre os ouvintes, define a surdez como deficiência auditiva, isto é, refere-se à incapacidade total ou parcial de ouvir. Devido a essa concepção que o surdo, às vezes, é identificado como “surdo-mudo”, pois se pressupunha que para falar tem-se necessariamente que ouvir. Esse termo é um equívoco por duas situações: primeiramente, porque os surdos não são mudos, afinal possuem uma língua visual-espacial, a Língua de Sinais; segundo, porque não existe na surdez qualquer característica fisiológica que impeça a expressão oral. Pelo viés dessa concepção a surdez seria uma patologia. E como toda patologia, deveria ser tratada. A partir desse conceito advém toda carga de preconceito em relação à surdez. A pessoa surda, por esta concepção, é uma pessoa doente, incapaz, deficiente. Assim, pensar em Literatura Surda, uma literatura de surdos e para surdos, seria praticamente um devaneio, um absurdo. Pode-se dizer que seja o ponto de vista da surdez comum a maioria dos ouvintes e rejeitada pelos surdos. Para STROBEL:

A sociedade não conhece nada sobre o povo surdo e, na maioria das vezes, fica com receio e apreensiva, sem saber como se relacionar com sujeitos surdos, ou tratam-nos de forma paternal, como “coitadinhos”, “que pena”, ou lida como se tivéssemos “uma doença contagiosa” ou de outra forma preconceituosa e outros estereótipos causados pela falta de conhecimento”. (2007,

Esse ponto de vista é o mais recorrente quando nos deparamos com a ideia de massificação, onde todos têm que seguir um padrão de aceitação. Esse tipo de ideia que uniformiza os seres humanos é o que provoca as várias formas de preconceito. O conhecimento clínico da surdez foi o que sustentou a limitação do

protagonismo da pessoa surda. A deficiência auditiva é uma limitação sensorial, mas não pode ser condicionante para restringir as potencialidades da pessoa surda.

A segunda, a sócio-antropológica, conhecida e defendida pelos surdos, define a surdez como condição natural e cultural, que diz respeito às experiências e às identidades surdas (SÁ, 2010). Em outras palavras, esta concepção ressalta as potencialidades, não as limitações. Nessa vertente paradigmática, o surdo é visto como sujeito, que constrói com seus pares uma identidade própria, uma cultura própria e capaz de produzir, usufruir e se identificar dentro de uma Literatura própria.

Ao fazer um paralelo entre essas duas formas de conceber a surdez temos de um lado a representação social da concepção clínico terapêutica que identifica o ser como deficiente; que defini a surdez como deficiência na audição e na fala; que determina que a educação dos surdos deve ter um caráter clínico-patológico e de reabilitação; que os surdos são categorizados em grau de audição: leves, moderados, severos e profundos; e, que a língua de sinais é prejudicial aos surdos, pois os desestimula para aquisição de práticas do oralismo (leitura labial e fala). Por outro lado, a representação social que o sujeito tem é o ser surdo, com uma experiência singular, a visual, que vislumbra a educação dos surdos com respeito pela diferença linguística e cultural, realinhando os conteúdos e os objetivos ao jeito de ser, e que defende a língua de sinais como manifestação singular diante da diferença linguística.

Então, a partir de leituras e do entendimento dessas duas concepções, deixo claro por onde caminhará este trabalho: a concepção sócio-antropológica.

Partindo desse pressuposto, a proposta desta dissertação é apresentar a Literatura Surda como um produto da cultura surda, buscando o fortalecimento da sua identidade. Processo similar realizado pelos povos colonizados que utilizavam a literatura, dentre outras perspectivas, como resgate da identidade cultural de seu povo após grande período de colonização. A partir disso, a sistematização do trabalho tem os seguintes desdobramentos:

Na primeira seção, descrevo o percurso do surdo na busca pelo reconhecimento de sua língua, a abordagem educacional que valoriza a língua de sinais: o bilinguismo, que através de uma concepção sócio-antropológica da surdez é possível vislumbrar o direito de reconhecimento de uma literatura própria, neste caso, surda.

Na segunda seção, destaco a função social e política que a literatura pode ter, tanto para os povos descolonizados, como para comunidade surda. Ressalto o papel da literatura com produto cultural utilizado como resgate da identidade cultural de um povo.

Na terceira seção, discorro sobre a invisibilidade cultural e literária da comunidade surda e, paralelamente, dos povos colonizados. A intenção é evidenciar como a relação de poder se manifestam em ambas, e demonstrar possíveis similaridades.

E, por último, trago “Considerações não finais” apresentando uma das possíveis respostas à incógnita do título apresentado, mas sem qualquer pretensão de concluir ou finalizá-lo, pois encaro esse tema como um início de uma conversa, à qual os convidados estão começando a chegar.

SEÇÃO I

1 PERCURSO

Como ponto de partida, pode-se observar de forma breve, o percurso feito pela comunidade surda até o marco *sine qua non*² de sua história: o reconhecimento da Língua de Sinais. Um marco que instiga ao entendimento de que reconhecendo a língua “oficial” do surdo é que se pode pensar em uma Literatura Surda.

Através de leituras sobre a temática em questão é possível fazer um resumo da história dos surdos exposta por Nídia Sá, que faz uma abordagem bastante interessante. Segundo a autora, em seu livro: *Cultura, Poder e Educação de Surdos* (2010):

Em síntese, a história dos surdos, contada pelos não surdos, é mais ou menos assim: primeiramente, os surdos foram “descobertos” pelos ouvintes; depois, foram isolados da sociedade para serem “educados” e, afinal, conseguirem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, por que eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos. (SÁ, 2010, p.77).

Através dessa passagem a autora induz ao leitor a caminhar pelos primórdios da história conhecida sobre os surdos. Sabe-se que o Brasil foi um país “descoberto” e colonizado pelos portugueses, em princípio. Na literatura histórica prevaleceu a narrativa dos colonizadores e pouco se sabe da versão dos colonizados. É imprescindível, além de interessante, saber do “descobrimento do Brasil” pela narrativa dos não portugueses, ou seja, dos nativos. Esse é um aspecto em destaque nessa síntese da autora: a história que prevaleceu sobre surdos é contada pelos não surdos, ou seja, pelos ouvintes.

Outro destaque desse pequeno trecho é a tentativa de isolá-los (os surdos), a fim de enfraquecê-los. Mas esse isolamento não os limitou de estabelecer comunicação. Dotados de plena cognição, contrariando a concepção clínico-terapêutica, os surdos, em grupos, desenvolveram uma língua, conceituada por ARAUJO (2013, p.32) como “(...) uma língua de modalidade visual-espacial, com estrutura gramatical própria”.

² Explicar o que é esse marco

Ao observar a exposição de Nídia Sá nesse seu posicionamento acerca de suas pesquisas históricas sobre a vida pregressa do surdo e da progressão da mesma, nota-se que é basilar a função da língua(gem) no desenvolvimento humano. Não convém, porém, retratar ou enfatizar as limitações enfrentadas pelos surdos. O ser humano, em geral, é dotado de uma capacidade impressionante de superação. E o surdo, como qualquer ser humano, provou isso. Ao interagir com seu semelhante (outro surdo) conseguiu desenvolver uma língua(gem) e dispor de uma epifania proporcionada por essa descoberta.

A partir de uma visão holística do ser humano, pode-se dizer que mesmo quando ele possui restrições em algumas de suas habilidades físicas, não se torna impedido de ser autônomo. Tal ideia coloca em xeque, ao mesmo tempo, tanto o preconceito (por aquilo que não se sabe), como a descrença na capacidade humana de superação. Disso decorre que a vida não é uniforme, não existe o modelo, não há um único referencial, mas sim uma pluralidade, uma multiplicidade.

Para Gilles Deleuze (1976, p.19), o múltiplo “(...) é a manifestação inseparável, a metamorfose essencial, o sintoma constante do único.” Nessa lógica, pode-se dizer que o surdo não é superior e nem inferior ao ouvinte, apenas diferente. Quando se é feita referência ao percurso, tem-se a ideia de retomar um pouco a história dos surdos. E sobre isso SÁ (2010, p.68) pronuncia “é uma história das relações entre as comunidades surdas e as ouvintes. É, portanto, uma história que expõe uma luta por poderes e saberes”.

A partir deste apontamento é possível observar que todo o percurso do povo surdo se deu (e continua) nessa luta, bem como se deu a luta dos povos que passaram pelo domínio colonizador. Ambos têm em suas histórias marcas da hegemonia. Para um povo, linguística e cultural e, para o outro, cultural e linguística.

Sabe-se que vários fatores levaram os povos submetidos à condição de colônias a uma independência, mas a independência do povo surdo se deu pela invenção de uma nova língua. Uma língua gestual em que transforma os olhos em ouvidos. É como se escutasse “por meio da visão, do olhar para uma língua gestual, os sons são substituídos pela necessidade de percepção e memória visual” (AGRELLA, 2012, p. 49). É um grande exemplo de adaptação ao meio, característica inegável dos seres humanos, ou melhor, dos sobreviventes.

A aquisição da língua de sinais pelo surdo foi o marco de sua independência. Até então o surdo era um dependente total do ouvinte. Sua

submissão era obrigatória. Sua limitação, neste caso, era uma realidade. Antes da língua, a luta na relação do poder e saber era injusta, desigual. De acordo com Foucault em sua obra “Microfísica do poder”:

O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico. O enraizamento do poder, as dificuldades que se enfrenta para desprender dele vêm de todos estes vínculos. É por isso que a noção de repressão, à qual geralmente se reduzem os mecanismos do poder me parece muito insuficiente (...). (1979, p. 148, 149).

O poder relacionado ao saber de uma língua mudou o contexto de submissão do surdo em relação ao ouvinte. A força atribuída a um grupo social se dá geralmente quando há uma articulação entre os seus pares. Os surdos provocaram uma articulação tão forte que culminou no reconhecimento legal de sua língua. E isso aconteceu em vários lugares do mundo, inclusive aqui no Brasil.

Por isso, faz-se necessário discorrer um pouco sobre o marco legal do reconhecimento da LS³ brasileira, isto é, a LIBRAS.

1.1 Reconhecimento da LIBRAS

O Reconhecimento da LS brasileira se deu a partir da sua criação e regulamentação: Lei nº 10.436/02 e do Decreto nº 5.626/05. A partir de então houve a oficialização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Está disposto na lei supracitada o seguinte enunciado:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002).

Esse reconhecimento no cenário brasileiro desencadeou vários acontecimentos relevantes na trajetória de lutas dos surdos, tais como: a difusão e propagação da LS, fortalecimento e criação de movimentos, mobilização junto aos

³ Abreviação de Língua de Sinais - LS.

poderes para o cumprimento da lei, criação de cursos de graduação em Letras/LIBRAS, reconhecimento do profissional intérprete, criação de escolas bilíngues, entre outros. Tudo isso, juntamente com o despertar para estudos e pesquisas acadêmicas.

Infelizmente, sabe-se que a instituição de uma lei e de um decreto não significam sua plena aplicabilidade. Faz-se necessária uma movimentação política e social, neste caso, promovida pelas associações e movimentos políticos da comunidade surda. É possível se notar que recentemente esses grupos cresceram, principalmente por meio das redes sociais, e conseguem se mobilizar na luta para observância e aplicabilidade da lei.

Apesar da regulamentação, ainda existe muito preconceito e confusão sobre a inclusão das pessoas surdas e do devido respeito à sua língua, sua identidade e sua cultura. Afirmam os intelectuais da LS: “É uma língua que apresenta todas as propriedades linguísticas de quaisquer outras línguas humanas, ou seja, por meio dela é possível falar sobre quaisquer assuntos (desde o mais trivial até o mais acadêmico, técnico e científico).”⁴ A LIBRAS tem sua origem na Língua de Sinais Francesa. As Línguas de Sinais não são universais. Cada país possui a sua própria língua de sinais, que sofre as influências da cultura nacional. Como qualquer outra língua, ela também possui expressões que diferem de região para região (os regionalismos), o que a legitima ainda mais como língua.

Pelo ponto de vista dos sujeitos ouvintes e usuários da língua majoritária, que não sofrem com a barreira linguística no dia-a-dia, é difícil mensurar a importância desse ato regulamentador. Entretanto, foi através dele que houve uma sequência de atos que favoreceram a cultura surda. Mourão definiu a cultura surda como: “Os modos de vida de surdos em seus territórios ou em cada região, suas práticas sociais e os discursos produzidos em sua própria língua ou em outras (...)” (2011, p. 45).

Mas, ao mesmo tempo em que a regulamentação os favoreceu, desagradou a outros adeptos da vertente paradigmática clínico-terapêutica, pois têm a concepção que a surdez não é apenas uma limitação sensorial, mas, sobretudo uma deficiência. Esses adeptos veem a surdez como um problema, e a solução do

⁴ Carta da Anpoll, disponível em < <http://www.aborlccf.org.br/conteudo/secao.asp?s=51&id=2092>).> acesso: 15/05/2015.

mesmo não se baseia na apropriação de uma língua de sinais, mas por tratamentos neurocirúrgicos ou utilização de aparelhos de amplificação acústica.

A LS é elemento aglutinador da comunidade surda, o que a torna essencial na formação da identidade surda. Ela é para a pessoa surda um “instrumento natural e habitual para sua interação” (SÁ, 2010, p. 129). A comunicação em LS é tão natural para o surdo como é a língua oficial para o ouvinte. Ela é a comunicação oficial da pessoa surda e também dos ouvintes que atuam no meio da comunidade surda. Cabe aqui o esclarecimento sobre o que é comunidade surda: trata-se de surdos e ouvintes que interagem através da LS e defendem a existência da identidade e cultura surda.

Sobre essa questão de ouvinte imerso na cultura surda é que válido ressaltar o aspecto da visualidade. A visão que se torna audição. Alguns ouvintes, movidos geralmente pela curiosidade, buscam saber/aprender LS. Antes, um ouvinte só se interessava por LS quando o mesmo tinha algum familiar que fosse surdo. Entretanto, isso se modificou. Esses “curiosos” aprenderam não só a língua, mas foram imersos na cultura surda, e com isso se juntaram ao movimento de respeito à pessoa surda. Interessante observar que a aprendizagem de LS pelos ouvintes também se dá pelo meio mais eficaz: no convívio com a comunidade surda. Por esse viés, também aparece uma figura importante para a comunidade surda: o intérprete, pessoa que faz a tradução da LS para língua oficial majoritária ou vice-versa. A LS tem seus próprios padrões linguísticos e se difere de outra língua. Isso significa dizer que para ser um intérprete é preciso muito estudo e uma boa formação. Ressalta-se, aqui, que aprender LS por imersão na comunidade surda não significa ampliação lexical da mesma, por isso é necessária formação. É nesse momento que a escola se destaca com papel fundamental. A escola é por natureza uma formadora, assim ela deve proporcionar o conhecimento através da LS. Assim como o ouvinte aprende sua língua no convívio familiar para comunicação informal e, depois, na escola recebe uma formação com aprimoramento da língua a fim de utilizá-la numa comunicação formal. Assim também deve ocorrer com o surdo em relação a sua língua.

Na questão da formação e da escola, é necessário fazer menção à trajetória educacional dos surdos. Para isso é bom lembrar das duas concepções sobre a surdez: clínico-terapêutica e a sócio-antropológica. Dentre as propostas

pedagógicas adotadas na educação dos surdos, destacan-se: o oralismo, a comunicação total e, mais recentemente, o bilinguismo.

As duas primeiras propostas pedagógicas se baseiam na primeira concepção: a clínico-terapêutica. O oralismo, por exemplo, repudia a LS e como paradigma tenta transformar o surdo em ouvinte por meio de técnicas como a leitura labial e o adestramento do falar. Segundo Sá, “O oralismo (...) diz respeito à imposição exclusiva da língua na modalidade oral, objetivando a integração do surdo na cultura ouvinte e seu afastamento da cultura surda” (2010, p.76), ou seja, almejava sua “cura”. Não é difícil encontrar surdo que foi “educado” por essa proposta, mas saibam que na aplicabilidade das técnicas utilizadas pelo oralismo, elas se assemelham a um ritual de tortura. Esses surdos são chamados de surdos oralizados.

Entretanto, o processo de transformar os surdos em “pseudo” ouvintes não deu certo. Com o fracasso do oralismo, devido aos resultados insatisfatórios, surgiu uma nova proposta pedagógica: a comunicação total. Tratava-se de uma mescla de língua oral “manualizada”, gestos, um pouco de LS com o único intuito de falar bem e escrever bem a língua oficial majoritária, seguindo a mesma linha de pensamento da concepção clínica-terapêutica. Não importava os meios, a comunicação total objetivava o domínio da língua majoritária, mesmo que para isso utilizasse a LS.

Por essas duas propostas pedagógicas, a educação dos surdos tornava-se um verdadeiro adestramento. Os surdos não passavam de marionetes. Eram treinados literalmente para falar. Até aprendiam a falar, mas dificilmente associavam a palavra ao significado. Aprender a falar, por exemplo, substantivos concretos até era possível, mas dificilmente assimilariam, por exemplo, os substantivos abstratos.

Por outro lado, concebida pela concepção sócio-antropológica, que vê o surdo como um ser humano capaz e não apenas como um deficiente, surgiu recentemente, a proposta pedagógica do bilinguismo. Através dela, se prioriza a aprendizagem da LS e favorece a autonomia do surdo.

1.2 Bilinguismo

Discorrer sobre o bilinguismo se justifica pela importância dessa proposta pedagógica na formação de autores e de leitores/receptores das produções literárias surdas.

No Brasil, especificamente, essa proposta educacional vai ao encontro do disposto na lei. Entretanto, apesar da regulamentação, na prática ainda prevalece a ideia de que nosso país é monolíngue, destaca-se a língua portuguesa em relação as línguas minoritárias, como as línguas indígenas e a de sinais. O fato é que os surdos utilizam uma língua minoritária – a língua brasileira de sinais – e deve aprender a língua oficial majoritária do país – a língua portuguesa.

O Bilinguismo, segundo Batista dos Santos (2010, p.3) tem “como pressuposto básico que o surdo deva ser bilíngue, ou seja, deva adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos; e, como segunda língua, a língua oficial de seu país”. Ainda pelo viés filosófico dessa proposta educacional, segundo o autor, para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo aceitar e assumir sua surdez. O conceito mais importante que essa proposta traz é o de que os surdos formam uma comunidade com cultura e língua próprias.

Lembramos o fato de que muitos surdos têm seus pais ouvintes. E, geralmente, quando os pais ouvintes têm um filho surdo ocorre uma negação. Uma das consequências dessa negação é a rejeição, por parte da família, da LS; no caso do Brasil, rejeição à LIBRAS. Isso se diferencia, por exemplo, da maioria das crianças brasileiras que normalmente aprendem sua língua materna com seus pais e/ou familiares, já as crianças surdas dependem da formação escolar para sua aprendizagem linguística. Então, essa pessoa surda tem como única possibilidade de aprender sua língua, a LS, apenas numa escola bilíngue. Só, então, depois de familiarizado com sua língua terá sua inserção na comunidade surda local. Isso configura o grande papel da escola: o de formação. O surdo se torna bilíngue por contingência e não por opção.

Porém, existe, sobre esse assunto, uma luta da comunidade surda na questão da criação e manutenção de escolas bilíngues; onde, geralmente, a demanda é formada apenas por surdos, os profissionais nelas inseridos devem ser bilíngues. O espaço escolar defendido pelos surdos tem finalidades a mais; primeiramente de garantir acesso à educação formal e, conjuntamente, favorecendo a educação linguística. O bilinguismo, deste modo, é um meio de garantir um dos acessos eficazes à educação para pessoa surda.

A criação e a manutenção das escolas bilíngues para surdos esbarram na visão “ouvintista” de inclusão. Essa inclusão diz respeito à ideia de inserção de todos

os diferentes em um mesmo ambiente de aprendizagem. Diante da condição do surdo inserido em um ambiente escolar com predominância de ouvintes não há inclusão, e sim exclusão causada pela barreira linguística. O surdo por não se comunicar com a língua falada majoritária fica isolado, e sem comunicação não há integração e muito menos aprendizagem. Seria a mesma coisa que colocar um representante de uma nacionalidade em outro país, com outra cultura, de outra língua, num ambiente escolar para receberem a mesma formação: isso não seria possível.

Por ser proposta recente, o bilinguismo, mesmo sendo uma das bandeiras do movimento surdo, apresenta uma “adjetivação incompleta”, pois, segundo SÁ (2010, p.83) “embora desejável por negar a ideologia oralista dominante e por pressupor a língua de sinais com primeira língua, nada diz quanto à questão das culturas envolvidas, das identidades surdas, das lutas por poderes, saberes e territórios”. Sendo válido ressaltar a posição da autora quando afirma:

Ora, uma educação bilíngue é muito mais que o domínio ou uso, em algum nível, de duas línguas. (...) É necessário ver a educação bilíngue, mas também como uma educação multicultural. (...) Uma educação bilíngue que não seja embasada em uma perspectiva multicultural corre o risco de valorizar a questão linguística e esquecer todos os demais aspectos inter-relacionados. (SÁ, 2010, p. 87 e 88).

Essa discussão sobre o bilinguismo nos faz refletir sobre o bilinguismo no período colonial. Quando se analisa o processo de colonização, nota-se que uma das estratégias para sua efetivação era o ensino da língua do colonizador, mas não se restringia apenas a aquisição da língua estrangeira, mas uma forma de repassar a cultura do colonizador. Para a educação dos surdos, é válida a reflexão sobre o fato de o bilinguismo não se resumir em aquisição de uma língua e de outra, mas também, dos aspectos culturais relacionados a ambas. Ambas são constituidoras de identidade e cultura.

O bilinguismo para os surdos, e seus desdobramentos políticos e culturais, é uma novidade no ambiente escolar, assim como todos os agentes que o integram. O assunto passa a ser incorporado nas discussões atuais sobre educação. Em especial por ser uma bandeira levantada pela comunidade surda em seus movimentos sociais para sua aplicabilidade. Como impacto educacional, esse fato

provocou estranhamento à maioria das pessoas em pelo menos em dois aspectos. Primeiro, devido à apreensão sobre a surdez estar associada ao campo discursivo da educação especial, ajuntada a outras deficiências, o que dificulta a compreensão dos surdos usuários de LS, pois são pertencentes a uma cultura específica e necessitam metodologia diferenciada. Em segundo lugar, porque a noção de bilinguismo é vinculada ao acontecimento linguístico em que duas línguas são utilizadas por um indivíduo associando ao estrangeirismo.

os surdos de nosso país podem se considerar bilíngues ao dominarem realmente as duas línguas, legitimamente brasileiras. Ao fazer uma rasa comparação entre uma e outra, a LS não goza de prestígio social e é ainda utilizada por uma pequena parte da sociedade.

Numa perspectiva sociolinguística, o bilinguismo do surdo é caracterizado por uma situação de complementaridade, ou seja, o uso das línguas tem funções distintas. O critério para uso de uma (LIBRAS) é para interação entre seus pares, ligada ao convívio comunitário e, o critério para o uso da outra (língua portuguesa escrita) é para interação com os ouvintes, usuário da língua majoritária oficial, ou seja, para uma comunicação formal.

1.3 Direito ao reconhecimento de uma literatura

Com o reconhecimento da LS, estabelecendo a garantia de uma aprendizagem condizente com a condição e engajamento em sua comunidade surda, a pessoa surda tem os mesmos direitos e deveres que um ouvinte, afinal, ambos são legítimos cidadãos.

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, presa-se pela plena garantia tanto dos direitos e das liberdades, sem distinção de qualquer espécie. Entendemos que todo cidadão, participante de um estado democrático, tem que desfrutar de plena liberdade, inclusive do direito ao uso de uma língua, ou mais.

A regulamentação vigente no Brasil garante os direitos linguísticos, entretanto, o que comumente se observa são: o preconceito linguístico e a inobservância da lei, configurados em atos linguísticos discriminatórios. Prevalece o senso comum que o Brasil é um país monolíngue. Pensamos que isso ainda seja um dos resquícios de um povo colonizado, herdeiro de um jugo colonial, que define apenas um código linguístico como absoluto.

Para a comunidade surda, quando a Lei nº 10.436/02 trouxe em seu artigo 1º: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados”; entende-se que a Literatura Surda é também um recurso de expressão. Por isso, um direito linguístico garantido do cidadão surdo que pertence a uma comunidade linguística singular.

A problemática da diferença linguística é observada por FERREIRA BRITO (1993, p.75) quando diz: “O problema das minorias linguísticas é, pois, muitas vezes, não apenas a privação de sua língua materna, mas, sobretudo a privação de sua identidade cultural”.

Portanto, o surdo é pertencente a uma cultura e tem sua identidade cultural definida e, desse modo, lhe cabe o direito de ter uma literatura própria. O fato é que apesar de ser literatura, ela se diferencia quando é para ouvinte e quando é para surdo. Por isso, não podemos analisar da mesma forma.

SEÇÃO II

2. A LITERATURA

Jean-Paul Sartre (1905-1980), filósofo, escritor e crítico francês, em sua obra “Que é a Literatura?” aborda, numa perspectiva existencialista, os motivos que condicionam o ato de escrever, de produzir literatura. Afirma sobre um pacto a ser estabelecido entre o escritor e o leitor, ou seja, fala sobre a questão do engajamento da literatura. Segundo ele:

Qualquer que seja o caminho que você tenha seguido para chegar a ela [liberdade], quaisquer que sejam as opiniões que tenha professado, a literatura o lança na batalha; escrever é uma certa maneira de desejar a liberdade; tendo começado, de bom grado ou à força, você estará engajado (SARTRE, 2004, p.53).

É válido ressaltar ainda que a respeito das definições de literatura é distante a possibilidade de serem unívocas. Conforme diz Lajolo (2001, p.25 *apud* MOURÃO, 2011, p.20):

O que é literatura? É uma pergunta complicada justamente porque tem várias respostas. E não se trata de respostas que vão se aproximando cada vez mais de uma grande verdade, da verdade-verdadeira. Cada tempo e, dentro de cada tempo, cada grupo social tem sua resposta, sua definição. Respostas e definições – vê-se – para uso interno.

Entretanto, não se pode deixar de lembrar do efeito estético que tem a literatura. Ela é, antes de tudo, linguagem, construção discursiva marcada pela finalidade estética. A fruição estética é, entre outras, uma das finalidades, além do destaque ao trabalho com a linguagem sobre os valores éticos, culturais, políticos e ideológicos na criação literária. No apreciar da arte literária se estabelece uma comunicação, um despertar que cativa o receptor, às vezes, um ponto de partida e, outras, ponto de chegada.

Ao observar a dinâmica social, pode-se considerar a literatura como um testemunho histórico, que por sua vez se torna um produto condizente com o período da sociedade vigente. É esse entrelaçamento entre a literatura e a cultura, que possibilita a análise do trabalho proposto. Essa reflexão tem um enfoque nas relações culturais advindas da literatura.

Como ponto inicial, faz-se, aqui, pontuações ligadas à literatura como produto cultural. Consequentemente é inevitável a reflexão sobre o que é cultura e qual a sua relação entre cultura e sociedade. Essa reflexão serve para entendimento adequado ao que está sendo proposto, a função social da literatura, e assim, compreendê-la como produto cultural.

Evidentemente, a noção de cultura é algo complexo, por isso, recorreremos a uma definição do Dicionário de Conceitos Históricos (2006) que diz: “Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica”. De acordo com Eagleton, filósofo e crítico literário britânico, no primeiro capítulo de sua obra *A ideia de cultura*, “A palavra cultura mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana.” (2005, p. 10). A partir desta definição, é possível dizer que cultura não é algo natural ao ser humano, mas algo que deve ser transmitido, portanto, algo a ser cultivado e a ser transmitido, isso implica obviamente a um processo de formação do ser, e, mais um aspecto, ela é o aglomerado de costumes, crenças, comportamento de uma determinada comunidade, por isso a existência de grande diversidade cultural existente nas sociedades humanas.

Ora, se a cultura é essa diversidade, então o ser humano não pode restringi-la as dicotomias da modernidade: superior/inferior; rica/pobre; nobre/indigna. A cultura é transmitida em um cenário de conflitos e disputas que caracterizam por sua vez a sociedade. Não podemos limitar a literatura a um reflexo da sociedade, mas como uma fonte de informações, cuja função social é favorecer a compreensão dos conflitos nessa diversidade e emancipar o homem dos paradigmas a ele impostos. De acordo com FACINI (2004, p.25):

A literatura não é espelho do mundo social, mas parte constitutiva desse mundo. Ela expressa visões de mundo que são coletivas de determinados grupos sociais. Essas visões de mundo são informadas pela experiência histórica concreta desses grupos sociais que as formulam, mas são também elas mesmas construtoras dessas experiências. Elas compõem a prática social material desses indivíduos e dos grupos sociais aos quais eles pertencem ou com o quais se relacionam.

Por essa ótica, a literatura funciona como representação da cultura de um povo, sua publicação torna-se um ato social. Sob essa perspectiva, nota-se que ela

está relacionada a valores ideológicos em sua criação; ao considerar esse fato pode-se afirmar que na sua apreciação ocorrerá alguma consequência. O estabelecimento do diálogo feito por ela, a literatura, estimula o receptor para uma maior percepção do mundo que o cerca, levando a perceber a pluralidade e diversidade do mundo. Através do acesso a literatura é possível desestabilizar os comodismos do receptor ao lhe propor novas indagações, questionamentos, por fim, inquietações.

Partindo do princípio de que tanto a produção literária, quanto artefatos dos povos colonizados como os da cultura surda, são uma literatura de resistência. Sobre a literatura de resistência é válido apresentar o comentário de Bosi (2002, p.121)

A escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas com todo o reino do possível e do imaginável. O narrador cria, segundo o seu desejo, representações do bem, representações do mal ou representações ambivalentes. Graças à exploração das técnicas do foco narrativo, o romancista poderá levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do eu aos valores e antivalores do seu meio.

Seguindo essa perspectiva a autora Barbara Harlow em sua obra “Resistance Literature” (termo emprestado do escritor palestino Ghassan Kanafani) que aborda essa outra dimensão da literatura. Em termos gerais, essa dimensão da literatura consiste na análise da literatura sob a ótica do contra-discurso ao discurso do colonizador. Resistir significa a oposição pela própria força a uma força alheia. Por meio da literatura, o ser humano é capaz de desenvolver sua resistência aos antivalores do seu meio opressor (BOZI, 2002).

Não se pode esperar que a literatura seja uma representação fiel da realidade. Ela é, antes de tudo, arte descompromissada. Mas apesar disso ela tem um grande poder de transformação social.

É válido lembrar que a literatura se sustenta por um tripé: autor, obra e receptor⁵. Na linguagem artística o escritor/autor durante sua produção literária materializa o imaginário em aspirações que, muitas vezes, não são apenas individuais, mas coletivas.

⁵ “Receptor” ao invés de “leitor” por considerar as obras em língua de sinais.

Por esse viés destaca-se a influência da estética da recepção. A mesma adota como objeto de investigação o receptor/leitor. Para tanto, é necessária a construção de nova identidade de receptor/leitor. Nessa perspectiva o leitor se transfigura, adquire uma nova roupagem, a fim de corresponder ao seu papel genuíno, composta de um conhecimento histórico e de reconhecimento estético. Ele se tornará um receptor/leitor destinatário.

Com ênfase, então, na recepção, o fato literário é descrito conforme sua história de receptividade sistemática ao longo do tempo, adiciona-se o aspecto diacrônico. Essa recepção é identificada como uma parte integrada à estrutura da obra, tanto no aspecto produtivo como no aspecto de consumo, evidenciando o receptor/leitor como parte textual, marcado na obra literária.

Diante desse fato, a recepção faz com que a obra transcenda a dimensão estética e leve em consideração também a dimensão social. De acordo com a conceituação elaborada por ZILBERMAN (1989, p.64):

Distinção entre as modalidades de relacionamento entre texto e leitor: um lado, ao consumida, a obra provoca determinado EFEITO sobre o destinatário; de outro, ela passa por um processo histórico, sendo ao longo do tempo recebida e interpretada de maneiras diferentes – esta é sua RECEPÇÃO.

A partir dessa teoria, um relacionamento dinâmico entre autor, obra e leitor se estabelece. A relação entre literatura e leitor se dá num processo de diálogo, de troca, de reciprocidade.

Além da recepção, outro elemento de destaque dessa teoria, formulada por Hans Robert Jauss, escritor e crítico literário alemão, é o horizonte de expectativas. Esse horizonte é o responsável pela primeira reação do leitor à obra, composto pelo sistema de referências adquirido através da leitura de mundo do leitor. Ele se encontra na consciência individual como um saber construído socialmente e por normas estéticas e ideológicas de um período. O conhecimento desse leitor se forma a partir de leituras anteriores e de oposição entre as linguagens artísticas e formais.

Diante do contato com a obra o leitor pode se satisfazer com o horizonte de expectativas ou pode se decepcionar. Com esse efeito de empatia ou antipatia se estabelece a distância estética, indicativa do caráter artístico da obra. Segundo Jauss, em *A história da literatura como provocação à teoria literária*, se for bem

recebida, configura uma “arte culinária”, ou seja, uma literatura de massa. Entretanto, ao se deparar com o horizonte das expectativas em uma obra ocorre uma mudança de postura caracterizando a formação de novo público ou uma rejeição pura e simplesmente.

É a partir dessas duas possíveis reações, que temos o que chamamos de valoração, isto é, o valor estético da obra. Como isso acontece? Para o teórico Jauss o processo é bem simples, somente com a quebra ou ruptura de expectativas proporciona à distância estética possível para uma análise crítica peculiar. Essa ideia se aproxima do conceito de estranhamento da obra literária da teoria formalista e estruturalista.

Se houve uma quebra no horizonte das expectativas, far-se-ia necessária uma reconstrução. Essa reconstrução se daria através de outro elemento importante dessa teoria: a lógica da pergunta e da resposta. Esse efeito hermenêutico possibilita ao leitor a formulação de novas ideias e novos conceitos e, conseqüentemente, de uma ampliação da sua visão de mundo. E nesse processo ocorre a emancipação do leitor. Daí se constata que a literatura além do seu papel literário tem o seu papel filosófico e, por conseguinte, social.

A literatura provoca um efeito libertador e transformador, o que corrobora com a ideia de que o conhecimento é poder. E a arte é um artifício de mudança e transformação. A comunidade surda dotada desse mecanismo e se apropria para criar sua “própria” literatura.

2.1 Função da Literatura para os povos descolonizadores.

A literatura descolonizadora, produzida após o período colonial, foi um grande instrumento de luta e de libertação utilizado pelos povos colonizados. Sob esse prisma da literatura comprometida com a reconstrução da identidade de seu povo é serão feitas as próximas observações.

Em uma perspectiva de pós-independência, as narrativas da literatura descolonizadora cumprem um papel histórico de provocar reflexões sobre as identidades nacionais e o sujeito pós-colonial. Existe nessas narrativas uma linha de reflexão comum em todas: reconstrução da identidade e o resgate cultural. A luta pela libertação colonial tem um vínculo indissociável com as literaturas, influenciando-as e diferenciando-as de maneira enfática e decisiva.

Na obra *Os Condenados da Terra*, Frantz Omar Fanon, psiquiatra, filósofo e ensaísta francês da Martinica, de ascendência francesa e africana, no quarto capítulo, é retratada a cultura. Nessa abordagem sobre a importância da cultura dos povos colonizados na luta de resistência aos colonizadores, Fanon apresenta um processo de conscientização do intelectual nativo a partir de níveis. São eles: “assimilação não-qualificada”, resgate da memória cultural dos seus antepassados e a “fase da luta”. Neste último nível, é evidenciado o importante papel da literatura.

Ao longo dos tempos, a literatura e a história mantiveram relações estreitas, das quais uma ilustrava ou legitimava a outra. De acordo com Caetano (2007, p.3):

O texto literário não é autônomo em relação ao ambiente histórico e cultural em que é produzido. Ele é um modo de projeção das questões e pontos de vista que configuram esse ambiente, sintoniza-se, em alguma medida, com a percepção própria do seu tempo. Noutros termos, a experiência literária não é exclusivamente estética, mas diz respeito a um certo modo de percepção de que é histórico-cultural, implica uma escolha discursivo-ideológica que escreve.

A literatura deve ser considerada, tanto na retrospectiva do passado, quanto na projeção do futuro. A obra literária traz informações, reforça valores e princípios que constituem a cultura de uma localidade e assegura a sua continuidade. A literatura surge como parte de um processo de consolidação das identidades nacionais, através do seu caráter de representação de uma construção de sentidos. Ela é utilizada na busca de expressão de identidade cultural ao resgatar traços culturais preservados pela memória, e através de uma ideologia de engajamento social, serve de projeção que um povo faz de si mesmo, não apenas reproduzindo a realidade, mas representando-a. Essa relação entre a história e a ficção é um dos elementos que reforçam a função humanizadora da literatura, em especial pelas possibilidades de recriar, refletir e transformar. Ao elaborar sua obra, o autor conhece as delimitações do considerado literário e leva em consideração as referências, as normas estéticas, as convenções, visões e valores de mundo para relacionar e constituir sua produção literária. Ainda, sobre essa relação, há uma linha tênue entre o discurso histórico e o discurso literário, ambos devem propiciar diálogo produtivo entre eles.

Com esse entendimento, a literatura pode dar ressignificado ao mundo, de modo que através de um discurso subjetivo, é possível discernir sobre a verdade

histórica através da obra literária. Isso significa que a literatura serve de instrumento para retratar a realidade, com o objetivo de pensar, informar, documentar, refletir, persuadir, alertar, denunciar ou apenas proporcionar prazer ao leitor. O texto literário serve como condutor de conhecimentos, cuja prática social permite a conscientização de realidades passadas, presentes e projeções futuras.

A supremacia do colonizador incorporou o discurso da diferença e da inferioridade em relação ao colonizado. Por sua vez, o colonizado elaborou uma forma de contra-discurso colonialista, assim a literatura descolonizadora nasceu como recusa à literatura e ao pensamento imperialista. O pensamento dominante a partir de uma perspectiva preconceituosa teve o enfrentamento de uma literatura de resistência dos colonizados. A intenção era reescrever sua história, um meio de protesto e reivindicação, desconstruindo o discurso colonial para uma reconstrução da identidade do colonizado.

Um dos artifícios usado pelo colonizador era a desvalorização dos sujeitos e do seu passado. Segundo Fanon (1968, p.175):

Talvez não tenha sido suficientemente demonstrado que o colonialismo não se contenta de impor sua lei ao presente e ao futuro do país dominado. Ao colonialismo não basta. Encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o desfigura-o, aniquila-o. Essa tarefa de valorização da história do período anterior à colonização adquire hoje sua significação dialética.

Então, na luta contra esse colonialismo e na tentativa de reescrever sua história o colonizado, através da literatura, no sentido de vir de fora, lançava mão de alguns artifícios que tinha como principal objetivo ressaltar particularidades de seu povo, isto é, sua identidade cultural.

Vale lembrar que todos os gêneros da literatura, romances, contos e poesias são levados em consideração nessa produção literária de contra-discurso. Mas a poesia teve seu papel de destaque, em razão da facilidade de memorização e apelo emocional.

Esse confronto contra a dominação estrangeira e pela afirmação de uma identidade cultural realizada pela literatura passa necessariamente pela retomada da dignidade do passado, a reconstrução do processo de autoafirmação, de busca de expressão própria.

2.2 Função da Literatura Surda para a comunidade surda

Karnopp (1989, p.102) afirma que a “utilização da expressão literatura surda é usada para histórias que têm na língua de sinais, a questão da identidade e da cultura surda presentes na narrativa (...)”. Isso significa que é uma produção de uma comunidade específica, que se comunica com seus iguais e que através de uma identificação através da cultura presentes na narrativa, possibilita que haja maior absorção de conhecimento proposto através da literatura. Nessa linha de pensamento Perlin e Miranda (2003, p.218) dizem que a:

Experiência visual significa a utilização da visão, (em substituição total a audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico.

No livro da autora surda Karin Strobel, *As imagens do outro sobre a cultura surda*, traz a descrição dos, então caracterizados pela mesma, artefatos culturais do povo surdo. Antes de mencionar os artefatos, é importante destacar a diferença feita por ela sobre as expressões: povo surdo e comunidade surda. A primeira se refere ao surdo e seus iguais; a segunda se refere aos surdos e seus ‘simpatizantes’ (ouvintes que estão inseridos na cultura surda).

Sobre os artefatos culturais, são descritos oito. São eles: experiência visual; desenvolvimento linguístico; família; literatura surda; vida social e esportiva; artes visuais; política; e, por fim, materiais. Dentre os oito o artefato cultural Literatura Surda é objeto deste trabalho, para Strobel (2013, p.68):

O quarto artefato cultural é a literatura surda. Ela traduz a memória das vivências surdas através das várias gerações dos povos surdos. A literatura se multiplica em diferentes gêneros: poesia, história de surdos, piadas, literatura infantil, clássicos, fábulas, contos, romances, lendas e outras manifestações culturais.

Outro destaque para a produção literária surda é o tipo de registro. O uso da mídia é fundamental para Literatura Surda. Essa expressão da arte necessita ser registrada em livros e em materiais midiáticos. O avanço das tecnologias é crucial na divulgação e consumo da Literatura Surda. A internet, as redes sociais, o uso do

celular são meios de interação entre os surdos, propagação de sua cultura e, consequentemente, divulgação de suas produções. Segundo Strobel (2013, p.69): “Grande parte dessas narrativas em línguas de sinais tem sido gravada em CD-ROM, vídeos e DVDs, servindo atualmente como fontes (...) gerando este artefato cultural, Literatura Surda (...)”.

Nota-se que o período de reconhecimento é bem recente, assim como recente é a produção de literatura surda no Brasil, e os estudos nessa área. Mesmo sendo recente, existem alguns expoentes importantes sobre o tema: Poeta surdo brasileiro, Nelson Pimenta; Escritora, pesquisadora e poeta surda, Shirley Vilhalva; Poeta e professor surdo, Rimar R. Segala, o grupo Art&Performance de Porto Velho/RO, premiado pela sua atuação mista de teatro-poesia-musica. Entretanto, o destaque especial de pessoa surda que sempre servirá de inspiração para produções literárias surdas: a poeta surda britânica, Dorothy Miles (Dot). No que diz respeito ao estudo na área, são destaques as professoras pesquisadoras ouvintes: Dr^a. Lodenir Karnopp e a Dr^a. Ronice Quadros.

O processo de produção da Literatura Surda se dá por meio das adaptações de clássico da literatura universal, como por exemplo, a *Cinderela Surda*, *Chapeuzinho Vermelho Surda*; através de traduções e através de criação, ou seja, produções genuínas de autores surdos, como por exemplo: o poema “Despertar do Silêncio”, Shirley Vilhalva.

Karnopp (2009, p.171) contextualiza sobre a produção de Literatura Surda afirmando que:

A literatura surda está relacionada com a cultura surda. A literatura da cultura surda, contada na língua de sinais de determinada comunidade linguística, é constituída pelas histórias produzidas em língua de sinais pelas pessoas surdas, pelas histórias de vida que são frequentemente relatadas, pelos contos, lendas, fábulas, piadas, poemas sinalizados, anedotas, jogos de linguagem e muito mais. O material, em geral, reconta a experiência das pessoas surdas, no que diz respeito, direta ou indiretamente, à relação entre as pessoas surdas e ouvintes, que são narradas como relações conflituosas, benevolentes, de aceitação ou de opressão do surdo.

Segundo Ngũgĩ, escritor queniano, que escreveu obras em língua inglesa e que posteriormente tem escrito em sua língua, “a língua carrega a cultura e a cultura carrega, através da ‘oratura’ e da literatura, o conjunto de valores pelos quais nós

nos percebemos e percebemos nosso lugar no mundo.” (NGUGI apud Bonnici, 2012, p.38).

Ao observar as produções literárias surdas, vemos ser recorrente a presença do mito. Procurando sempre explicar os principais acontecimentos da performance, os fenômenos naturais, a gênese da humanidade e do mundo, o homem fez uma tentativa através de figuras sobrenaturais: deuses, semideuses e heróis. A criação do mito, então, é a tentativa de explicar a realidade. O mito geralmente está relacionado com as crenças comuns que não têm fundamento científico.

Já a História é uma ciência que estuda a existência humana e sua atuação no espaço e no tempo. É um conjunto de acontecimentos e realizações dos nossos antepassados que constituem um estudo científico. Esse é um dos conceitos. Mas existem outros. No entanto, esse será usado como referência.

A partir desses conceitos percebemos a dicotomia entre mito e história. O mito por não ter “ciência” e a história por ser ciência. Dobroruka (2006, p. 307) diz “que só é possível entender a história, introduzindo um fio condutor chamado *mito*”.

O autor diz ainda que:

Com frequência “mito” é entendido por oposição a “história” (ou como oposto de “ciência”). Nesse sentido mais restrito, mito é algo visto como essencialmente religioso, atuante na esfera do sagrado e, portanto, impossível de se confundir com algo que se pretende científico como a atividade historiográfica (...).

A utilização do mito pelo homem para explicar os acontecimentos da vida e os fenômenos, justifica-se por dois parâmetros: primeiro, pela fácil compreensão. Independente da maturidade do indivíduo, da formação ou do nível de conhecimento, o entendimento é universal. Segundo, pela fácil memorização. É impressionante, que esse “mecanismo” possibilite a transmissão de um fato ou de um conceito por muito tempo o perpetuando por várias gerações.

Dentro desse “universo” do mito temos a criação das personagens e suas representações. Isto é, no mito cada personagem tem um arquétipo determinado seja pela sua origem ou por seu destino, que justificará sua maneira de ser.

Nessa perspectiva, compreendemos tanto a influência implícita quanto a influência explícita do mito na Literatura. Implícita quanto este mito está arraigado à personalidade do autor, este conduzirá a sua produção literária. E, explícita quanto essa produção arraigada pelo mito for consumida pelo receptor.

Sobre essa relação entre literatura e mito, Silva (2001, p.3) chegará a seguinte conclusão:

O mito em si mesmo não é literatura, mas reinterpretação dos mitos se torna literária. Daí podermos afirmar que o mito é o discurso privilegiado entre todos pelo qual os remanejamentos sucessivos podem se elaborar em torno de um centro reduzido a um simples lineamento temático ou então a visão de uma obra.

Ao se refletir sobre a literatura é possível notar o legado dos mitos que se perpetuaram ao longo do tempo e, ainda hoje, insinuam respostas para algumas inquietações. Esse desejo do homem de tentar explicar os acontecimentos e os fenômenos é a gênese do mito. Entretanto, esse desejo se torna coletivo, o mito é criado e colocado através das convenções sociais. Por consequência, mito é apropriado pela literatura com uma função. O mito, por exemplo, pode ser usado para estabelecer uma relação de poder. Esse aspecto coletivo do mito só se estabelecerá através da literatura. A literatura proporcionou ao mito um lugar de destaque no imaginário coletivo. O mito, na literatura, apoderou-se de uma dimensão cultural que transcende o tempo. Percebe-se que o mito, nesta perspectiva, assume dois aspectos: um, que diz respeito à construção de uma identidade; e, outro, de metafísico, de divino, de sobrenatural, de mágico, de encantamento, de busca, de mistério.

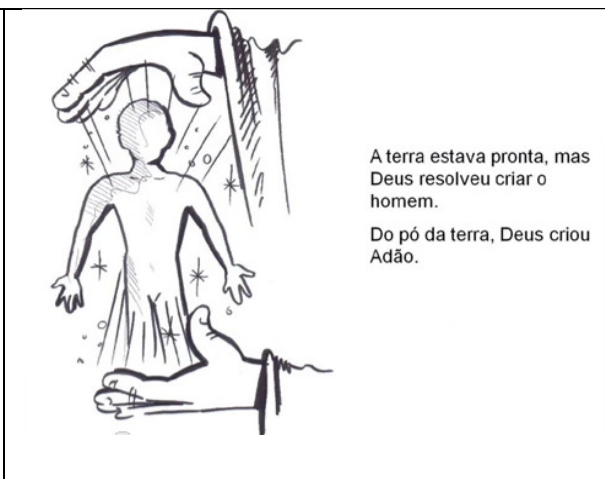
Para uma reflexão mais aprofundada, o mito “a criação do mundo” será tomado como exemplo de aplicabilidade dentro da literatura surda. Como é sabido, o mito judaico da criação do mundo feito por Deus é uma proposta de resposta para a origem da humanidade. Neste contexto é feita a narração a seguir:

Imagem 1- Adão e Eva Surdos



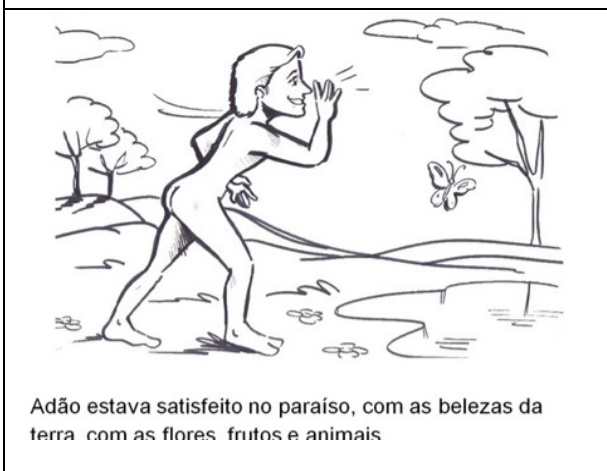


Deus criou a luz e a noite, as águas, o sol, as estrelas, a lua, os mares, as árvores, as plantas, as estações, os dias, os anos, as aves, os peixes, os animais.



A terra estava pronta, mas Deus resolveu criar o homem.

Do pó da terra, Deus criou Adão.



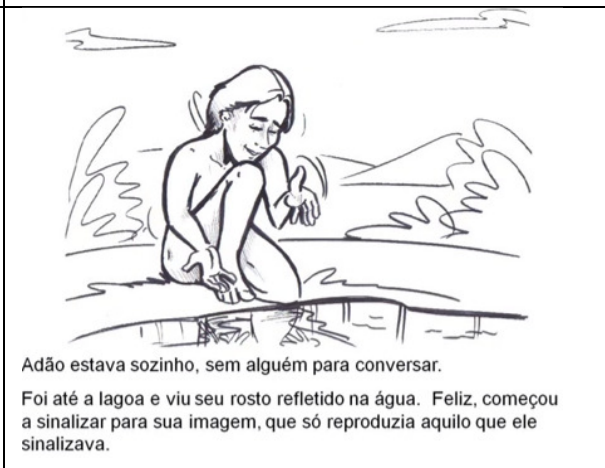
Adão estava satisfeito no paraíso, com as belezas da terra, com as flores, frutos e animais.



Mas sentia falta de alguém para conversar: ele estava sozinho no paraíso. Tentou se comunicar com a onça, mas ela só rugia. Tentou com a anta, mas ela nada entendia.

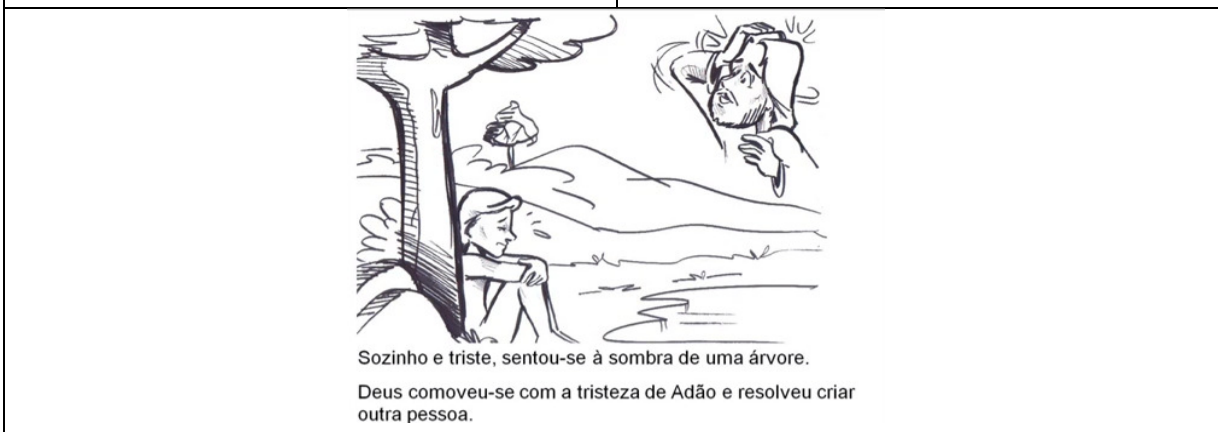


Adão sinalizava para o papagaio, tentando se comunicar, mas ele só cantava.



Adão estava sozinho, sem alguém para conversar.

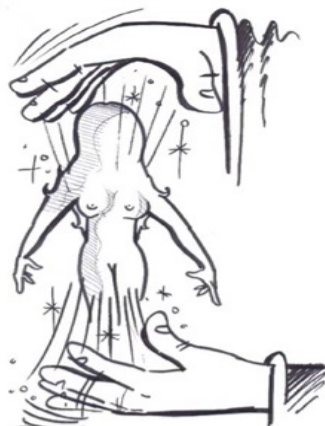
Foi até a lagoa e viu seu rosto refletido na água. Feliz, começou a sinalizar para sua imagem, que só reproduzia aquilo que ele sinalizava.



Sozinho e triste, sentou-se à sombra de uma árvore.

Deus comoveu-se com a tristeza de Adão e resolveu criar outra pessoa.

Deus então criou
Eva.
Do pó da terra Deus
formou Eva e
colocou-a no paraíso.



Adão estava sentado e de repente alguém lhe tocou no ombro.



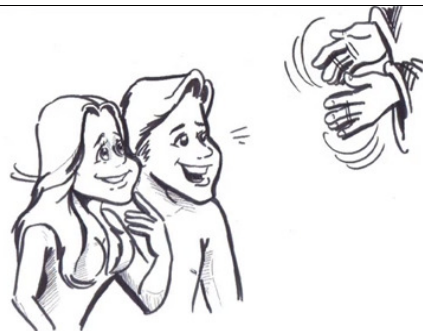
Ele olhou e alguém começou a fazer sinais. Ao perceber que Adão estava assustado, Eva sinalizou:

- Calma, sou Eva!

- Ufa!!! Sou Adão! Podemos conversar!



Feliz, Adão tinha agora com quem conversar. Estavam felizes no paraíso e começaram a criar sinais para todas as coisas que viam. Do encontro de Adão e Eva surgiu a Língua de Sinais do Paraíso (LSP).



Muito tempo passou e Adão e Eva obedeceram ao que o Senhor Deus havia sinalizado!



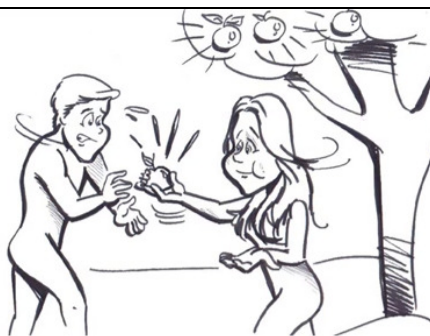
Um dia, Adão e Eva estavam caminhando no paraíso e, de repente, Deus apareceu e sinalizou:

- Meus filhos amados! Vejo que vocês estão felizes um com o outro! Vocês têm todas essas belezas para usufruir! Mas, prestem atenção àquela árvore que tem uma fruta vermelha, localizada bem no centro do paraíso: daquela árvore vocês não podem comer!



Um dia, Adão e Eva estavam passeando pelo jardim e olharam para a árvore. Os frutos estavam vermelhos, deliciosos, provocantes. Adão, ao sentir-se tentado, disse à Eva:

Vamos embora daqui! Lembra do que o senhor Deus nos avisou!



Mas a tentação voltava, a fome aumentava e eles decidiram provar do fruto proibido.



Adão e Eva comeram e imediatamente houve uma transformação: perceberam que estavam nus.



Preocupados e envergonhados usaram suas mãos para se esconder.

Essa é uma versão adaptada da história de Adão e Eva, símbolos do início da humanidade, produzida por alunas do curso de Pedagogia da UFPR, no início de 2013, similar a história do Livro “Adão e Eva Surdos” de autoria de Lodenir Becker Karnopp (ouvinte) e Fabiano Rosa (surdo), publicado pela Editora ULBRA, em 2005. Os autores contam a origem da língua de sinais através da criação do casal feito por Deus. Na história, após comer o fruto proibido, Adão e Eva percebem que estão nus e se veem obrigados a falar, já que os dois não podem usar as mãos, pois as mesmas estão ocupadas escondendo a nudez.

Dentre algumas possibilidades de análise do mito de Adão e Eva utilizado neste texto literário (produzido pela, e para comunidade surda), é importante utilizar alguns apontamentos de Ricoeur apud Chayo (2002) sobre as funções do mito.

A primeira função do mito, segundo Ricoeur, é de “englobar”, ou seja, de generalizar. A figura de Adão significa todos os homens. Se Adão foi criado surdo e sua comunicação era sinalizada através da Língua de Sinais, então todos os homens podem ter essa origem divina. A pessoa surda faz parte do plano de Deus, Adão era surdo, um exemplo do aspecto do empoderamento recorrente na literatura surda.

Outro aspecto da função do mito é a da universalidade, obtida graças à introdução da narrativa na experiência humana. Com a experiência narrativa, através do mito, observa-se o tempo histórico: existe um começo, um meio e um fim. A história tem uma duração: do paraíso ao exílio. Uma história tão conhecida no mundo ouvinte se apropria de características do mundo surdo. A partir dessa adaptação, a universalidade do mito da criação do mundo ganha uma nova significação, em especial, um novo público. Através do mito há uma ressignificação da origem do homem para comunidade surda

Por conseguinte, terceiro aspecto, o mito explica essa transição sem perder seu caráter narrativo. Dessa maneira, o mito adquire o alcance ontológico, demonstrando a relação entre o ser e o existir, entre o ontológico e o histórico. O aspecto do empoderamento que se tem nessa adaptação é intrigante. O homem é surdo, a priori, e por um “pecado”, a posteriori, se torna ouvinte. O ser surdo se transforma em ser ouvinte. A sua existência sofre uma metamorfose.

Mediante esse tripé-funcional do mito, conforme Ricoeur, da universalidade, da orientação temporal e da exploração ontológica, os autores - da narrativa de

Adão e Eva Surdos - tiveram uma forma peculiar de revelar um olhar diferente sobre uma narrativa universal.

Ricoeur aponta duas características do mito: o que traduz em palavras e o outro que traduz em símbolo. Trazendo isso para nosso exemplo de narrativa surda, as palavras possibilitam a linguagem como veículo de possibilidades. E quanto aos símbolos, temos no mito da criação da LSP – Língua de Sinais do Paraíso. Nessa perspectiva, o mito torna-se uma narrativa de um modo de vida que é sentido e vivido e, então, se estabelece. E junto com ele toda sua função social e/ou ideológica.

É evidente que a produção literária surda de fato pode ter uma demanda maior do que está registrado, pois seu registro depende das tecnologias desenvolvidas recentemente. Interessante esclarecer que se as obras clássicas têm o recurso da escrita em uma língua, isto é, seu registro garantido, o mesmo não acontece com as produções em LIBRAS. As inovações tecnológicas recentes permitem a possibilidade de registro e compartilhamento de vídeos com as produções literárias em língua de sinais.

As pesquisas sobre o assunto mencionam que a Literatura Surda é algo recente. Não pelo fato de não haver produção literária em língua de sinais anteriores, mas pelo fato de que, agora, com a tecnológica, existe a condição de registro. Estudos acadêmicos estão utilizando esses artefatos para produzir material científico, para análise ou catalogações. Importante dizer que existem poucos materiais bibliográficos para esse tipo de assunto, o que existe são poucos livros e algumas monografias ou dissertações que desafiam e inovam. É válido destacar a Editora Arara Azul, um marco editorial em publicações sobre a identidade e cultura surda.

Araujo (2013, p.33) afirma que na Literatura Surda “(...) é possível perceber a arte que emana das imagens e recursos visuais nas produções poéticas em língua de sinais”. O que isso significa? Significa a tomada da Identidade e da Cultura Surda, a busca pelo reconhecimento e valorização. Através desse reconhecimento existe um desencadeamento de posturas e possibilidades que o cidadão surdo tem acesso garantido.

A Literatura Surda tenta romper as barreiras linguísticas que a língua majoritária impõe ao acesso ao conhecimento e seus desdobramentos, do qual o surdo busca avidamente como qualquer outro ser humano. As barreiras linguísticas

provocam no surdo o estranhamento, o bloqueio, a impotência, a limitação e se vê atormentado pela imposição da língua de uma Cultura da oralidade.

O acesso à Literatura Surda propicia ao surdo o cômodo entendimento de seu mundo prosódico e lexical da LS, favorecendo a construção e a reconstrução da subjetividade e consolida sua identidade cultural.

Ao conhecer melhor as principais correntes críticas de estudo da literatura existentes, há um destaque para a teoria da Estética da Recepção. Devido ao objeto deste trabalho ser a Literatura Surda, buscou-se em cada teoria literária refletir sobre em qual delas a Literatura Surda melhor se aplicaria. Assim, a relação entre o objeto e a teoria, ou seja, a Literatura Surda e a Estética da Recepção se dá: primeiramente, o fato de nela estarem inseridas as considerações os pensamentos de um dos teóricos literários brasileiro, Antonio Candido, que através de suas ideias, um caminho para alcançar as constatações almejadas é aberto.

O que impressiona, já de início, é o fato de como surgiu a teoria da estética da Recepção: de um grupo minoritário, professores e alunos, com o desafio de romper com a hegemonia de um paradigma. Esse também é o processo de criação da Literatura Surda: grupo minoritário, surdos, com o desafio de ser fazer respeitar pela diferença, pelo uso de uma língua gestual, de uma literatura visual.

Posteriormente, a dimensão sincrônica e diacrônica formulada pela teoria de Hans Robert Jauss (1994) que favorece a literatura surda na análise de sua origem, na produção, na divulgação e no consumo.

Outro aspecto relevante é a importância do leitor, no caso da Literatura Surda, o receptor, que encontrará na arte, o poder de reconstruir um mundo paralelo, e dele ampliar suas expectativas. Por uma obra literária conseguirá reformular conceitos e ideias que facilitarão sua luta constante entre aceitação ou não da sua condição.

O empoderamento, aspecto constante nas obras literárias em LIBRAS, é o congruente exemplo do efeito emancipatório retratado na teoria de Jauss. Esse cosmo, visão de poder, faz com que o surdo se veja agente de mudança e de transformação presente nas produções dos surdos e para os surdos, e essa é uma das características mais importante da Literatura Surda.

Candido (2006, p.34) diz que:

Os elementos individuais adquirem significado social na medida em que as pessoas correspondem a necessidades coletivas; e estas, agindo, permitem por sua vez que os indivíduos possam exprimir-se, encontrando repercussão no grupo. As relações entre o artista e o grupo se pautam por esta circunstância e podem ser esquematizadas do seguinte modo: em primeiro lugar, há necessidade de um agente individual que tome a si a tarefa de criar ou apresentar a obra; em segundo lugar, ele é ou não reconhecido como criador ou intérprete pela sociedade, e o destino da obra está ligado a esta circunstância; em terceiro lugar, ele utiliza a obra, assim marcada pela sociedade, como veículo das suas aspirações individuais mais profundas.

Partindo desse pressuposto, nota-se que a literatura como um fator de construção social, terá provavelmente a ideologia do escritor nas sublinhas da sua criação, e nessa perspectiva, a obra só está completa quando provoca em alguém algo, isto é, constitui interação entre os elementos literários: autor, obra e receptor (leitor).

O valor social desse tipo de obra está relacionado à luta contra o preconceito, contra a exclusão, contra a ideia equivocada de inclusão, aquela que tentam igualar os diferentes e acabam esquecendo que os diferentes têm suas maneiras de se igualarem. Acima de tudo, a arte tem um importante papel social. Se considerar, por exemplo, que a LIBRAS só serve para o surdo se comunicar e que não serve para fazer arte, não compreende o que é Literatura Surda. Mas com a LIBRAS a comunidade surda simboliza, esconde, pluraliza sentidos, e a arte joga com isso, o que se nota é que a obra literária em LIBRAS tem a possibilidade de transformar ou mudar algo em alguma pessoa. Isso significa dizer que não tem a pretensão de transformar ou mudar a sociedade, mas de influenciar pensamentos.

O indivíduo surdo que tem o poder de produzir arte através de sua própria língua, de reconstruir o seu mundo mais justo será agente de transformação e será um referencial aos demais. E geralmente é isso que acontece.

Diante dessa exposição, a estética da recepção, ao que parece é um instrumental teórico adequado para fundamentar, a partir dos conceitos de recepção, horizonte de expectativas, distância estética e lógica da pergunta e da resposta, a análise das obras literárias surdas, isto é, produtos da Literatura Surda.

Partindo do pressuposto que o processo de produção e recepção da Literatura Surda tem como referência o receptor familiarizado com a LS e levando em consideração os elementos da estética e da recepção é possível delinear o horizonte de expectativas dessa comunidade surda, materializando suas ideologias

e seus anseios, reproduzidos nas produções literárias e que depois serão reconstruídas em outras expectativas.

Essa autoafirmação do sujeito surdo frente a sua língua, sua cultura, sua arte e suas identidades, possibilita um recontar de sua própria história. Outra história contada dessa vez pela visão do colonizado.

SEÇÃO III

3 INVISIBILIDADE DA CULTURA E DA LITERATURA

O que é invisibilidade? Trata-se, aqui, de padrões de invisibilidade que não estão ligados ao sentido literal da palavra, entretanto àquela que se mostra, ou desvela, em textos literários, tanto no dito como naquilo que não o é (LÉVI-STRAUSS, 1979).

Refletindo qual seria o significado da palavra “invisível”, no aspecto cultural, é possível afirmar que é alguma coisa que não pode ser vista, mas que existe. Quando se pensa a “invisibilidade”, comumente há uma conexão com “os outros”, isto é, com um estado de ser/não/ser que pode ocorrer com aqueles fora do padrão de um grupo. No contexto atual temos um cenário de invisibilidade e de silenciamento de muitos, ante o poder das superpotências, dos grandes centros, das grandes riquezas, em geral brancas, ocidentais e ouvintes. Neste mundo onde a relação de poder dita a norma é praticamente impossível alguém conseguir manter sua individualidade e usar sua própria voz. Não se pode negar que para algumas pessoas ou grupos, ao seguir os paradigmas ditados pela “maioria”, trata-se uma forma de sobrevivência mais tranquila que sempre dependerá do grau de invisibilidade, para o qual negar a voz seria condição *sine qua non* para viver em relativa normalidade. Invisibilidade abrange todos os grupos e indivíduos à margem da sociedade – aquela a qual, naturalmente, pertenceriam e aquela, mais abrangente, na qual os mais diversos grupos buscam seu direito de pertencer. Esta é a primeira resposta do fenômeno da invisibilidade cultural: a tentativa constante do colonizado de amar o colonizador e odiar (negar) a si próprio. Isto é, tudo que for referente ao colonizador se servirá de modelo, como por exemplo, mudar a condição de sua pele, ou de seu cabelo, suas vestimentas, seus hábitos, sua língua, sua cultura, e assim por diante. Entretanto, nessa possível resposta está implícito o aceite do colonizador.

Szmanko (2008, p. 6) aborda essa questão apontando diversos padrões de invisibilidade, pois entende que há padrões distintos de ser “invisível”: Invisibilidade externa, Invisibilidade interna, Invisibilidade figurativa, Invisibilidade literal. Assim, identificadas:

- Invisibilidade externa: é a exercida de fora para dentro, na qual se inclui a invisibilidade imposta pelas majorias sobre as minorias. Insere-se, nesse tipo de invisibilidade, a de gênero, incluindo aí a situação das pessoas que não cabem no paradigma apertado que serve para definir o que venha, ou não, a constituir a figura masculina idealizada pela maioria branca e masculina. Quem estiver fora dos padrões deve lutar contra discriminação, preconceito, isolamento e estereótipos.
- Invisibilidade interna: seria a que ocorre entre diferentes camadas de grupos, dentro de seu próprio grupo, dependendo do padrão social no qual se incluem; isto é, os que se colocam em patamares diferentes. Ou seja, inclui nessa categoria a invisibilidade de um grupo em relação a outro.
- Invisibilidade figurativa: Caracteriza-se pela mirada que o mundo externo lança sobre sociedades minoritárias. Grupos majoritários só conseguem ver os “outros” – não pertencentes ao seu grupo – através das lentes dos estereótipos.
- Invisibilidade literal: esse padrão de invisibilidade decorre da figurativa: o mundo exterior não os consegue perceber porque, de tanto assumirem características impostas pelos outros, deixam de ser eles próprios para tornarem-se imperceptíveis. Assumem, como proteção, identidades que não são as suas, pela manipulação dos estereótipos assumidos. Quando descobrem que o mundo situado no paradigma ditado pelo poder não deseja vê-los com suas próprias características, passam também a assumir a condição de invisíveis.

Contextualizando com a identidade surda, os surdos, por sentirem-se oprimidos, capitalizam-se em sua invisibilidade, a qual lhes serve de escudo em relação ao mundo exterior. O preço disso é o de terem dificuldades de, eles próprios, perceberem-se como pessoas com identidade própria. Perdem sua visibilidade ao aceitarem e usarem máscaras que compõem o estereótipo – seja ele qual for – e, ao tornarem-se “mudos”, não mais vislumbram nem aos outros nem a si próprios.

Apesar do mundo globalizado e de estarmos no pós-modernismo, ainda existem as dicotomias pregadas pelo modernismo. Há a negação do diferente, que parece ficar invisível aos olhos da massa, da maioria que quer apagar diferenças. Sá inicia sua introdução do livro: *Cultura, Poder e Educação de Surdos* dizendo:

Há uma luta pela prevalência sobre os poderes e os saberes que operam nas sociedades humanas. O palco desta luta é a sociedade como um todo. O pano de fundo é a opressão social e cultural, manifestada nas bem palpáveis, reais, precárias condições de vida impostas às “maiorias” e às “minorias”. Por trás dos panos, e, às vezes, em tela, assistimos a uma trama quase ofensiva na qual se destacam: as injustiças sociais, raciais e econômicas; os preconceitos banalizados; a corrupção remunerada; a criminalidade, a fome, a miséria; as pessoas sem-escola, sem-saúde, sem-trabalho, sem-teto, sem-nada. Na dimensão econômica se apresenta uma ampliação cada vez mais abissal da pobreza; na dimensão cultural, são expostas tentativas palpáveis, ou mesmo difusas, de assujeitamento dos diferentes; na dimensão individual é mostrado um alargamento do egoísmo e da solidão. (2010, p.13).

Refletindo sobre a exposição supra, nota-se que a dimensão cultural que nas tentativas de “assujeitamento” ocorre a invisibilidade cultural, e consequentemente, a literária.

Ao citar o termo invisibilidade, o que não é visível, o intuito é o de retomar o processo de colonização no qual a ação do colonizador resulta na descaracterização do colonizado, há um esforço por parte do colonizador em tornar invisível o colonizado. É necessária, nesta seção, uma reflexão sobre o pensamento Pós-colonial influenciado pelos Estudos Culturais e as contribuições de alguns representantes teóricos e críticos sobre essa desconstrução e construção de uma identidade não visível.

A literatura escrita, durante e após a ocupação colonial, é o principal objeto de investigação dos Estudos Pós-coloniais, além, é claro, da representação da sociedade nela contida. E pela Crítica Literária é possível verificar que a literatura narra e problematiza os aspectos culturais herdados da cultura colonizadora ainda que ficcionalmente. Pelo viés dos estudos Pós-Colonial deseja-se a reconstrução dos valores para autoafirmação da identidade cultural anteriormente perdida.

Bhabha, em *O local da cultura* (2013) discorre sobre o modo como o “outro” colonizado é caracterizado pelo discurso depreciativo do colonialismo europeu. Destaque para uma das estratégias, segundo ele, mais ardilosas e eficazes do mecanismo de poder: a mímica. O colonizado, na busca pela inserção na cultura do colonizador, produz e reproduz imagem de si mesmo baseando-se na cultura dominante, torna-se imitador. Sobre isso Bhabha (2013, p. 146) afirma: “a mímica emerge como a representação de uma diferença que é ela mesma um processo de recusa”. Isto é, o colonizado usa a mímica como estratégia de defesa, de existência, de aceitação.

Albert Memmi, outro teórico, em sua obra *Retrato do colonizado precedido de Retrato de Colonizador* nos apresenta como o colonizador retrata o sujeito colonizado. Ele expõe a situação do colonizador em exercer o poder devido à situação dependente do colonizado, pois o considera um preguiçoso e débil. Trata-se de um dos artifícios colonizador para manter a ordem, apesar de ser uma representação indevida. Além disso, Memmi descreve as diversas categorias do colonizado. Dentre elas, destaca-se a do escritor colonial, devido à barreira linguística que o torna uma contradição ao escrever sobre o colonizado na língua do

colonizador. Segundo Ashcroft, Griffiths and Tiffin na obra *The Empires Writes Back* afirmam que “In order to maintain authority over the other in a colonial situation, imperial discourse strives to delineate the other as radically different from the self, yet at the same time it must maintain sufficient identity with the other to valorize control over it” (1998, p. 103); tradução: A fim de manter autoridade sobre o outro em uma situação colonial, o discurso imperial se esforça para delinear o outro como radicalmente diferente de si, ao mesmo tempo isso deve manter essa identidade”.

E, por fim das contribuições dos teóricos e críticos, sobre como o “outro” é desconstruído na perspectiva pós-colonial, em destaque a escritora Spivak. Em seu trabalho intitulado *Pode o subalterno falar?*, ela se expõe à representação do colonizado visto como um coletivo que não possui voz ativa, que não fala por si mesmo, mas é representando por intelectuais. Para ela o papel dos mesmos não deveria ser o de falar pelo subalterno, mas proporcionar condições para que eles possam falar e que sejam ouvidos.

O surgimento dos estudos culturais, como sabemos, enfatizava as subculturas urbanas e método etnográfico. Este referencial se preocupa em demonstrar uma produção literária em interface com o campo político-cultural.

O conceito de pós-modernidade não é unívoco, assim como o conceito de Literatura Surda. Há uma divergência de opiniões sobre a identificação da pós-modernidade, mas não se pode negar que um de seus fatores característicos é a crise psicossociológica de identidade dos indivíduos. Ao mesmo tempo em que se tenta preservar costumes culturais e políticos, a visão dos valores sofre transformações constantes.

Culler (1999, p. 49 apud Strobel, 2013, p.22) esclarece que:

(...) o projeto dos Estudos Culturais é compreender o funcionamento da cultura, particularmente no mundo moderno: como as produções culturais operam e como as identidades culturais são construídas e organizadas, para indivíduos e grupos, num mundo de comunidades diversas e misturadas (...)

Dessa forma, os estudos culturais servem, neste trabalho, de embasamento teórico, pois relaciona o conceito de cultura ao produto de uma formação condizente com meio. Ressalta-se o conjunto de pluralidade de hábitos, costumes, crenças, língua, normas; tornando-se uma herança a ser transmitida para seus pares por meio da convivência e da aprendizagem.

Se levarmos em conta o que defende os Estudos Culturais, então a cultura surda é uma realidade. Strobrel (2013, p.29) definiu a cultura surda afirmando que ela “é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais (...)”.

A LS permite que o surdo faça uma imersão na cultura surda, pois o dominante da língua pode fazer as interações necessárias para constituição de sua identidade surda. A interação com a comunidade surda possibilita a transmissão dos conjuntos de normas, valores e comportamentos. Com isso, pode-se perceber o quanto é maléfico para a cultura surda a proibição da LS ou restrição.

Neste sentido, a comunidade surda aponta o momento histórico do Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão, na Itália, em 1880, um grande retrocesso na cultura surda por ter banido o uso da LS na educação dos surdos e feito a proposição do método oralista. Esse fato, é parte de uma política ouvintista, que de acordo com Skliar (1998, p. 26) se caracteriza por “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte.”

A partir do conceito de cultura citado anteriormente também é possível considerar que a cultura surda tem sua pluralidade. Isso significa que a cultura surda tem uma variedade conforme sua localização. Existe uma grande diversidade de comunidades surdas e, conseqüentemente, a existência de uma pluralidade cultural surda.

Ao retornar à trajetória histórica da surdez, verifica-se que os surdos foram “descobertos” pelos ouvintes e foram “colonizados” pela ótica clínico-terapêutica. Com isso toda e qualquer produção dos surdos se tornava invisível aos ouvintes pela incredulidade de sua capacidade e um suposto desprovemento de autonomia.

A invisibilidade é representada pelo preconceito, pelo descrédito, pela indiferença da comunidade ouvinte para com a comunidade surda, assim como dos colonizadores em relação aos colonizados.

3.1 Dos povos colonizados

Ao analisar a obra *O retrato do Colonizado precedido do Retrato do Colonizador*, de Albert Memmi (2007) é possível observar, dentre outras denúncias, a invisibilidade cultural e, conseqüentemente, a literária dos povos colonizados.

Através dessa obra Memmi faz um alerta sobre o retrato, a imagem construída pelo colonizador e a imagem desconstruída/reconstruída do colonizado. Especificamente, na imagem do colonizado, o autor descreve o retrato que lhe fazem como um débil, que precisa de proteção, que deva ser governado, pois é incapaz de qualquer autonomia e, conseqüentemente, quer que o colonizador exerça essa função. Na visão do colonizador, o colonizado é um ser sem adjetivação, nega-lhe o direito de ser bom em alguma coisa, ocorre sua despersonalização. Esse processo é um efeito da coletivização, ou seja, o colonizado não é um indivíduo, mas um corpo pertencente a um grupo desprovido de qualidades. A particularidade do indivíduo colonizado se perde no coletivo estigmatizado. Homi Bhabha (2007) verificou essa individuação como uma das estratégias embasada pelo processo de ambivalência que constitui o discurso colonial.

O colonizador por sua vez é legitimado quando o colonizado, sem poder de escolha, aceita esse retrato imposto pela colonização. Na visão homogênea do discurso colonial, Memmi destaca que nesse “corpo coletivo” de colonizados, há diferentes seres, dentre eles os escritores coloniais e suas literaturas contrastantes.

Sabe-se que o fenômeno da colonização assolou os países africanos e países da América latina. Para esses povos restou a aceitação da hegemonia do ser homem, branco e europeu, estabelecendo a dicotomia colonizado/colonizador. O poder e a hegemonia são os propulsores na geração de invisibilidade retratada nos episódios da história como submissão e ostracismo. As ocorrências de invisibilidade são facilmente encontradas ao analisamos a trajetória da colonização pela ótica dos estudos culturais. Anteriormente, só era possível saber uma versão da história, obviamente do colonizador.

A invisibilidade, resultado do processo de colonização, deu-se por fatores como: isolamento, exclusão, aculturação, choque cultural e negação. A sensação de pertencer ao colonizador o distanciou de sua origem, de sua história, de sua identidade. No momento da colonização, a literatura colonial correspondia a uma produção a partir de um olhar externo, do colonizador, o que reforçava ainda mais a invisibilidade da cultura do colonizado.

A crise de identidade do colonizado é compreendida quando refletimos seu processo. Para Stuart Hall, a identidade “é formada na interação entre o eu e a sociedade. O sujeito continua tendo um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este núcleo é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos

culturais ‘exteriores’(...)” (2004, p.11). Para ele, a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado. A identificação pode ser ganha ou perdida. Ele parte do princípio de que a identidade cultural é metafórica. Nesta perspectiva, pensa-se que na busca pela identidade cultural de um povo há várias etapas de construção, num processo de evolução e involução histórica.

Sob a luz dos Estudos Pós-Coloniais, verificamos a problematização da construção e desconstrução da identidade do outro. Essa construção e desconstrução, na perspectiva pós-colonial, é a representação do ser colonizado pela visão do corpo coletivo não possui voz ativa, não fala por si mesmo, sua fala é feita pelo colonizador, o qual por sua vez constrói a identidade do outro colonizado e dependente. Dar-se-ia, então, o aspecto marginalizado e invisível socialmente e culturalmente. Isso ocorre porque o colonizador detém as técnicas da escrita, os meios midiáticos, etc...

Algo interessante na análise dessa identidade criada para o colonizado através do ponto de vista do colonizado é a imitação, mecanismo de garantir-se participante do poder. Em uma busca por uma espécie de redenção da sua identidade imposta, o colonizado tenta imitar os costumes, os hábitos e, em especial, a língua. Frantz Fanon retrata em seu livro *Pele Negra Máscara Branca* a ideologia do branqueamento em que a pessoa de pele negra introjeta que a raça branca é melhor e superior, e ao se deparar com sua inferioridade busca uma saída para essa ideologia. Ocorre, assim, uma produção e reprodução de valores culturais e sociais da cultura dominante. Inclusive uma das exemplificações da construção da identidade pela cultura dominante é a imposição linguística por meio do ensino da língua do colonizador. Falar a língua do outro, neste caso, caracteriza a superioridade de uma cultura em detrimento de outra. O problema é que, por mais que o colonizado tente imitar o colonizador, mesmo que fale sua língua, não será como ele e também não será mais como um dos seus. A ideia do colonizador em ensinar seus costumes, sua língua não é para tornar o colonizado como ele, mas torná-lo fácil de ser dominado. A língua a serviço do domínio e da exploração. Por sua vez, o colonizado associa a ideia que não há nada de bom na sua cultura e busca a do colonizador como referência perfeita. Não sendo pertencente da cultura dominante e, pelo efeito da imitação, se distanciando de sua cultura, o colonizado se vê no “entre-lugar”. Ou seja, não é uma coisa e nem outra, está entre. No qual Bhabha conceituou como hibridismo. Silviano Santiago, ensaísta, poeta, professor

contista e romancista brasileiro, fala em sua obra *Uma Literatura nos Trópicos* (2000) sobre o entre-lugar, diz que ele é como um espaço articulador de revisão, de reflexão, de mudança, de resignificação.

Um dos termos destacado por Bhabha no processo de colonização é a mímica. A mímica representa a ambiguidade da existência do “outro” mediante o colonizador. Neste caso, o termo “outro” assemelha-se ao termo “diferente”. Isso se configura num olhar platônico para o outro, o tornando referência; que, por sua vez, o faz assumir um valor, no caso do colonizado, depreciativo. Ocorre uma negação de si, assume-se um lugar de invisibilidade. Bhabha, em *O Local da Cultura*, no capítulo IV, reforça dizendo: “(...) esse processo pelo qual o olhar de vigilância retorna como o olhar deslocador do disciplinado, em que o observador se torna observado e a representação “parcial” rearticula toda a noção de identidade e a aliena da essência” (2013, p.134).

3.2 Da Comunidade Surda

Não se pode falar da invisibilidade cultural e literária da comunidade surda sem resgatar a sua luta no decorrer da história da surdez. Talvez se pense que Literatura Surda é algo muito novo, recente. Mas não, pelo contrário, existe há tempos, mas estava invisível ao olhar dos ouvintes.

A história da invisibilidade da cultura e produção da comunidade surda é cheia de percalços devido à submissão do imperialismo ouvintista que a sociedade insistiu em lhe imputar, sobretudo em forma de colonização linguística. É por esse viés da colonização linguística que será exposto como ocorre esse processo de invisibilidade da comunidade surda.

A colonização linguística provocou, duas formas de invisibilidade cultural: a de auto-isolamento e a de exclusão. A primeira acontece quando a visão do “outro”, como já vimos com Bhabha, causa negação de si. Exemplificando: quando o sujeito surdo vê o ouvinte como referencial e pensa que a cultura ouvinte é superior à sua, toma uma postura de negação de si, da sua cultura gerando um repúdio explícito a LS. Então, o auto-isolamento é um tipo de exclusão que parte do próprio sujeito. Já a segunda acontece do “outro” em relação ao surdo. Ocorre o “etnocentrismo ouvintista”, que de acordo Rocha (1984 apud Strobel, 2012, p.52) é “uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros

são pensados (...) através dos nossos valores”. Numa visão politicamente surda, Strobel (2012, p.52) esclarece ainda: “é a ideia dos sujeitos adversários que não aceitam os sujeitos surdos como diferença cultural e (...) têm que se moldar um modelo ouvinte, isto é, os surdos devem imitar os ouvintes falando e ouvindo”.

Devido a esse “etnocentrismo ouvintista” que no ano de 1880, no Congresso de Milão, motivado pela discussão e avaliação dos métodos de educação dos surdos, no dia 11 de setembro, foi votado e aceito o método oralista dentre os outros. A partir de então, a LS foi abolida das escolas e fortemente reprimida no meio educacional. A proibição oficial do uso da LS foi justificada devido sua ação inibidora na oralização dos surdos.

Por mais de um século, os surdos ficaram subjugados ao pensamento ouvintista, ou seja, os ouvintes pensavam, falavam e decidiam por eles, os surdos. Foi definitivamente um século de invisibilidade. Isso deflagrou uma defasagem educacional em que o surdo foi protagonista do fracasso escolar. A imagem que se configurava era o surdo como um deficiente, além de sensorial, mental. Era visto como “retardado, preguiçoso e, muitas vezes, arreliado.

Durante esse período prevaleceu a imagem do surdo criada pelo ouvinte. E, tempos depois, isso produziu até uma literatura sobre o surdo, entretanto estigmatizada pelo estereótipo da deficiência. O sujeito surdo não participava das discussões e das decisões e por isso passaram por momentos muito difíceis, a barreira da comunicação o impedia de ser protagonista de sua própria história.

Então, surge como que promessa redentora educacional para os “diferentes”, entre eles, os surdos: a educação especial. Simultaneamente ocorre também o auge da audiologia, ramo da fonoaudiologia que estuda a audição e os sons, na qual um de seus expoentes era Graham Bell (1847-1922), inventor do telefone. Pronto, instala-se mais um momento de invisibilidade. Sobre esse episódio na história da surdez, Sá (2010, p.75) ressalta:

O surgimento da educação especial trouxe, dentre outras delimitações que se tornaram possíveis, a delimitação de um território clínico e patológico/sanitário para a deficiência dentro da escola: buscando a cura e a reabilitação, mas escondendo a visão pessimista de que a condição de “deficiente” ou “incapaz” era/é imutável, daí justificando as baixas expectativas educacionais. Efetivaram-se procedimentos de avaliação e classificação do indivíduo, de seu corpo e de suas potencialidades, por meio de comparações, e difundiram-se práticas capacitacionistas.

A partir da ideia de educação especial posteriormente advém à imposição da educação inclusiva no ensino regular. Ela carrega consigo um apelo emocional muito forte e aparentemente politicamente correto. Notamos isso, por exemplo, quando MANTOAN (1997, p.138) declara que “a inclusão trata justamente de aprender a viver com o outro”. A inclusão, segundo ela, significa “estar com”, também está ligada à afiliação, combinação, compreensão, envolvimento, continência, circunvizinhança, enfim, significa estar com o outro e cuidar uns dos outros. Entretanto, a inclusão na prática foi mais uma forma de exclusão do surdo e sua cultura, ou seja, invisibilidade camuflada de paternalismo e assistencialismo. Temos que refletir muito bem sobre a inclusão. Inclusão não é submissão ou “integração” às normas a que os ouvintes estão submetidos. Incluir não pode ser pensado sob o viés do etnocentrismo, mas a partir de uma concepção de oportunidades, da oferta de condições. Visualizamos, assim, um dos perigos da inclusão indiscriminada para a pessoa surda: a distância do outro apesar da aproximação física devido à barreira linguística. Esse pensamento de inclusão reproduz um paradoxo: tão distante e tão próximo.

Interessante que o preconceito ao diferente, repúdio causado pelo etnocentrismo, em sua ânsia totalitarista do ser igual, faz como que o “outro” se sinta excluído, o que equivale dizer que a responsabilidade da exclusão recai enquanto culpa ao próprio excluído.

Os surdos, durante todo esse período de invisibilidade, eram sujeitos oprimidos culturalmente e linguisticamente. Isso se dá devido uma postura de “normalização”. Por esse viés, destacamos a afirmação de Portocarrero (2009, p.200) que diz que o “exercício da normalização constrange sempre com o objetivo de homogeneizar as multiplicidades, permitindo medir distâncias, determinar níveis, fixar especialidades e tornar úteis as diferenças”.

O não cumprimento da lei para acessibilidade do surdo às informações, ainda configura um aspecto da invisibilidade a ele imposto. A falta de intérpretes em eventos, a falta de legenda em filmes e documentários, falta de prova ou processos seletivos em LIBRAS, falta de professores e funcionários bilíngues na escola de surdos, entre outros, são exemplos da inobservância da lei.

Um fato curioso que se observa na história dos surdos é a invisibilidade dos protagonistas surdos em relação aos ouvintes, como constata Strobel (2013, p.112):

É conveniente averiguar, entretanto, os nomes famosos citados nas histórias dos surdos tradicionais, ou seja, quem foram os “defensores da comunidade dos surdos, como Berthier, Clerc, Huet,⁶ prevalecendo, na maioria, os ouvintes, como, por exemplo, L’Epée, Gallaudet, Sicard, Bonet e outros.

A autora afirma que nos registros da história dos surdos, formulados a partir da cultura ouvinte, raramente foram mencionados os sujeitos surdos líderes; e, quando mencionados não passaram de meros coadjuvantes. Sá (2010, p.68) corrobora: “A história-padrão dos surdos tem sido questionada e uma volta a ela tem sido proposta.” Essa proposta se sustenta na versão surda da história, na qual possivelmente se suprimiria a superioridade do ouvinte, as práticas ouvintistas, os mecanismos de “proteção”, as descobertas médicas para cura da surdez, entre outros fatos a serem reescritos.

Ao que tudo indica há certo receio dos ouvintes em destacar de algum modo o protagonismo surdo. Fica claro que a identidade surda, “é uma ameaça constantemente pelo outro” (MIRANDA, 2001, p.23).

⁶ Berthier (França), Clerc (EUA) e Huet (Brasil) foram professores e líderes surdos famosos para o povo surdo.

CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS

Ao anunciar o título desta dissertação com uma interrogação *Literatura Surda: uma literatura descolonizadora?* a intenção é proposital, ou seja, deixar uma interrogação ‘aberta’ nas mentes dos que a leiam. Não se teve a presunção de responder definitivamente, mas de sinalizar algumas tentativas de possíveis respostas.

Ficaria inviável fazer esta pergunta sem uma exposição sucinta dos aspectos culturais verificados nos estudos pós-coloniais e, paralelamente, dos aspectos culturais defendidos pela comunidade surda. E, como objeto de intersecção entre ambos: a função social da literatura. Trata-se de uma reflexão com um enfoque nas relações culturais na literatura. A partir deste paralelo, foi verificado algumas similaridades abaixo, expostos:

- O termo ‘descobrimento’ utilizado como forma de desmerecimento do passado do outro, do diferente. Como se até aquele presente momento, a história do outro não existisse. Isso tanto os povos colonizados como para a comunidade surda.
- A questão do protagonismo na história, verificamos que tanto os povos colonizados como os surdos tiveram seus expoentes suprimidos da literatura-padrão. Os estudos culturais têm a mesma intenção defendida pelos agentes da cultura surda: uma volta ao passado e uma reescrita da história pela ótica do outro. Ou seja, a existência do contra-discurso em relação ao discurso do colonizador, seja ele, imperialista ou ouvintista. A história dos povos colonizados era invisível aos olhos dos colonizadores, assim como a história dos surdos é invisível aos olhos dos ouvintes.
- O artifício da mímica em que a imitação ameniza o distanciamento entre o colonizado e o colonizador, na perspectiva da comunidade surda, entre o surdo e o ouvinte. Um exemplo desse artifício exposto por Bhabha é perceptível na proposta educacional para surdo: o

oralismo. Essa proposta defendia essa imposição linguística pela qual o surdo tinha que fazer leitura labial e aprender a falar, é o chamado, surdo oralizado. Quando refletimos sobre os termos hibridismo (Bhabha) e o entre-lugar (Silviano Santiago) é possível perceber seu exemplo no surdo oralizado, pois o surdo não é ouvinte, mas aparentemente é. Isto é, aparentemente não é uma coisa e nem outra: está num entre-lugar.

- A imposição linguística é outro aspecto similar. Apesar da proposta educacional do bilinguismo e da legislação vigente sobre o reconhecimento da LIBRAS, o surdo precisa aprender a língua majoritária se deseja sair da condição social invisível. Assim como os escritores colonizados precisavam se apropriar da língua do colonizador para ter 'voz' assim também é o surdo, ter que conhecer/compreender e dialogar através da língua portuguesa para ter ascensão social, em se tratando de Brasil. A língua foi/é um elemento a serviço do domínio e da exploração.

- A condição de necessitado na qual é preciso cuidados especiais. Memmi retrata essa condição do colonizado que necessita do cuidado e da proteção de colonizador por ser considerado um ser desprovido de capacidade e autonomia. Assim também é retratado o surdo pela concepção clínico-terapêutica, a ponto de ser considerado um deficiente e como todo deficiente precisa de cuidados especiais. Tanto para um (colonizado), como para outro (surdo), foram/são necessários mecanismos de proteção e cuidado.

- O processo de ressignificação da identidade cultural por meio da literatura. E esse é o ponto de destaque que motivou esta dissertação. Quando refletimos sobre a identidade cultural pela concepção sociológica formada a partir da interação entre o eu e a sociedade, compreende-se processo de conscientização do intelectual colonizado descrito por Fanon. Contextualizando o processo com a trajetória da cultura surda é possível observar

sutilmente as três fases: a primeira, pelo “movimento de recuo” do surdo em relação a cultura ouvinte, “fase de consciência” em processo de libertação; a segunda, um “mergulho” na história dos seus pares, recordar os sujeitos verdadeiramente protagonista da história dos surdos; e, por terceira, a “do combate”, combate à concepção clínico-terapêutica, combate à ideia de surdo-mudo, combate ao oralismo e, conseqüentemente, autores de obras literárias de combate, revolucionária, de literatura surda.

- A verificação do hibridismo no processo educacional do surdo: o bilinguismo. Uma proposta bilíngue contempla um currículo organizado em uma perspectiva visual-espacial para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares em LIBRAS. Significa dizer que não basta simplesmente traduzir o currículo da escola regular para a língua de sinais, há que se contemplar nele os aspectos culturais das comunidades surdas, sua história e direitos para que o aluno surdo possa se identificar com a cultura de sua comunidade e não somente com a cultura dos ouvintes. Ser bilíngue é estar associado ao multiculturalismo, isto é, à identificação e à convivência, de fato, com os grupos linguísticos que usam a língua de sinais e a língua majoritária, preferencialmente na modalidade escrita. No bilinguismo o currículo deve contemplar em seu conteúdo a história da educação de surdos, a história das comunidades, movimentos surdos, personagens importantes, cultura, artes, literatura, direitos e deveres dos surdos, as línguas de sinais estrangeiras, enfim, as especificidades dos seus pares. A língua de sinais, como primeira língua do surdo, é sua língua de identificação, de instrução e de comunicação e a língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua, é a possibilidade do surdo ter acesso à informação, conhecimento e cultura tanto da comunidade surda como da majoritária ouvinte. As duas línguas não competem, não se ameaçam, possibilitam o hibridismo cultural.

São por estas reflexões supra escritas que simpatizamos com a afirmação de que a literatura surda é uma literatura em descolonização. Habitar em um mundo onde grande parte das pessoas é diferente de si, ser surdo entre tantos ouvintes; são necessários mecanismos de inclusão, de interação e partilha. A literatura surda se apresenta como um desses mecanismos para ajudar os surdos a se reconhecerem como diferentes, ter acesso às informações na sua própria língua, reconhecer sua cultura, constituir uma identidade, identificar uma subjetividade e participar dos movimentos políticos de reconhecimento e aceitação da sua diferença. É necessário utilizar a literatura para compartilhar momentos em que sua singularidade seja reforçada, suas experiências compartilhadas, ter autoria em sua própria história.

Findamos a dissertação, mas não o assunto considerando sua contemporânea incompletude.

REFERÊNCIAS

AGRELLA, R. P. *Entre o Saber e o Conhecer a Língua: questões sobre a identidade e subjetividade do aluno ouvinte estudante de libras*. In: PERLIN, G e STUMPF, M. *Um Olhar Sobre Nós Surdos: leituras contemporâneas*. Curitiba: CRV, 2012.

ARAUJO, F. M. de. *Simetria na Poética Visual na Língua de Sinais Brasileira*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução; orientadora: Ronice Muller de Quadros - Florianópolis, SC, 2013.

ASHCROFT, B., GRIFFITHS, G., TIFFIN, H. *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*. London: Routledge, 1991.

BHABHA, H. K. *O Local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2ª edição, Belo Horizonte (MG): Editora UFMG, 2013.

BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. 2 ed. Maringá: Eduem, 2012.

BOSI, Alfredo. *Narrativa e resistência*. In: _____. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 118-135.

CAETANO, M. J. *O enigma de Muana Puó*. SCRIPTA, Belo Horizonte, v.8, nº15, p. 267-282, 2º semestre, 2004.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul (9ª edição), 2006.

CHAYO, Jenny Asse. *El mito, El rito y La literatura*. Disponível em: <<http://www.difusioncultural.uam.mx/revista/oct2002/asse.pdf>> Acessado em 05/03/2014.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU, 1948.

DELEUZE, G. *Nietzsche e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

DOBRORUKA, V. *Mito e história na Antiguidade: esboço para um estudo de conjunto dos limites entre religiosidade e meta-história*. Boletim do CPA (UNICAMP), v. 20-21, p. 307-351, 2006.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005

FACINI, A. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.

FERREIRA BRITO, L. *Integração Social & Educação de Surdos*. Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993.

HALL, S. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

MANTOAN, M. T. E. *A Integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.

MEMMI, A. *O Retrato do Colonizado precedido do Retrato do Colonizador*. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOURÃO, C. H. N. *Literatura Surda: produções culturais de surdos em Língua de Sinais*. Tese de Mestrado, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2011.

PORTOCARRERO, V. *As Ciências da Vida. De Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

QUADROS, R. M. & SUTTON-SPENCE, R. *Poesia em língua de sinais: traços da identidade surda* – In: Estudos surdos I / Ronice Müller de Quadros (org.). – Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

SÁ, Nidia R. L. *Cultura, Poder e Educação de Surdos*. São Paulo: Paulinas, 2010.

SARTRE, Jean.Paul. *Que é a Literatura?*. São Paulo: Ed. Ática, 2004

SANTOS, B. de S. *Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade*. In: ____ Reconhecer para libertar: caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTIAGO, Silviano. *O entre-lugar do discurso latino americano*. In: SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SILVA, K. V. e SILVA, M. H. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2006; Disponível em http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito_CULTURA.pdf Acesso em 21/03/2015.

SKLIAR, C. *Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças*. In: _____. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre(RS): Mediação, 1998.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis (SC): Ed. da UFSC, 2013.

STROBEL, Karin L. História dos Surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas. In: Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

SZMANKO, K. *Invisibility in African American and Asian American Literature: a comparative study*. Jefferson: McFarland & Company, 2008.

ZILBERMAN, R. *Estética da Recepção e História da Literatura*. São Paulo: Ática (Série Fundamentos), 1989.